



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**TERESA CRISTINA PEREIRA LOUZEIRO**

**AS INTERFACES ENTRE MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA CONTRA A  
MULHER: uma perspectiva Gestáltica**

**SÃO LUÍS  
2018**

**TERESA CRISTINA PEREIRA LOUZEIRO**

**AS INTERFACES ENTRE MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA  
CONTRA A MULHER: uma perspectiva Gestáltica**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, com formação em Psicóloga.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ma Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira.

**SÃO LUÍS  
2018**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Louzeiro, Teresa Cristina Pereira.

As interfaces entre masculinidade e violência contra a mulher : uma perspectiva Gestáltica / Teresa Cristina Pereira Louzeiro. - 2018.

68 p.

Orientador(a): Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira.

Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, 2018.

1. Gestalt-Terapia. 2. Masculinidade. 3. Violência contra a mulher. I. Ferreira, Wanderlea Nazaré Bandeira. II. Título.

**TERESA CRISTINA PEREIRA LOUZEIRO**

**AS INTERFACES ENTRE MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA**

**CONTRA A MULHER:** uma perspectiva Gestáltica

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharela em Psicologia, com formação em Psicóloga.

Nota média:

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof.<sup>a</sup> Ma. Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira (Orientadora)**  
**Mestra em Psicologia Clínica**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Nazaré Pereira da Costa (Examinador)**  
**Doutora em Psicologia Clínica**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

**Prof.<sup>a</sup> Ma. Alice Parentes da Silva Santos (Examinador)**  
**Mestra em Saúde coletiva**  
Faculdade Pitágoras

À melhor pessoa que eu conheço e  
companheira de uma vida inteira, mãe.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por seu imenso amor e por toda graça em minha vida.

Agradeço a minha família, meu pai Luís, minha mãe Marinalva e minha irmã Marta, por todo carinho e incentivo compartilhado ao longos desses anos que deram forças para seguir os meus caminhos e por serem um referencial de amor na minha vida.

Agradeço especialmente a minha mãe, Marinalva, por todo trabalho e sacrifício que me permitiram chegar onde estou. Por me mostrar o que é o amor, carinho e cuidado. Por sonhar comigo os meus sonhos e ficar mais feliz do que eu mesma pelas minhas conquistas. Todas as minhas vitórias são suas, te amo, mãe.

Agradeço imensamente a minha Orientadora Wanderlea Bandeira, por todo carinho e conhecimento compartilhado. Por me auxiliar a construir esse trabalho de forma tão cuidadosa e pessoal. Tu és um ser iluminado.

Agradeço aos meus melhores amigos, Isabella, Silvio, Victor, Gabryhel, Igor, Tamires, Jéssica e Yago. Obrigada por todo carinho, risada e bons momentos compartilhados. Sem vocês minha vida não teria graça. Galhera, amo vocês, que nossa amizade seja de uma vida inteira.

Agradeço a minha melhor amiga, Bella, pelas palavras de carinho e por uma amizade linda que se firma em amor e em sair para comer besteira. Obrigada por encher minha vida de amor, sem ti o caminho até aqui seria mais difícil. Te amo.

Agradeço a Silvio Manoel, por nos últimos tempos ter se mostrado um amigo especial e companheiro, pelo incentivo na reta final do curso e por comemorar comigo as pequenas vitórias da vida. És otário, mas ainda assim te amo.

Agradeço as minhas amigas de curso, Sarah, Carol, Adriana e Caiubi por toda força, incentivo e carinho compartilhado no decorrer desses 5 anos, vocês são presentes que a UFMA me deu. Amo vocês e espero que nossos caminhos continuem a se cruzar pelo resto de nossas vidas.

Agradeço a todos os professores do departamento de Psicologia da UFMA, por todo conhecimento passado em sala de aula e por contribuírem para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Agradeço a meus orientadores e minha supervisora de estágio, Raimundo, Célia Maria e Claudia Aline, por contribuírem na construção de uma prática

profissional empática e ética, por ensinarem os caminhos de uma profissão tão linda quanto a nossa.

Agradeço a todos aqueles que de algum modo se fizeram presentes nessa jornada, àqueles que estiverem comigo nos bons e maus momentos, aos que só cruzaram o meu caminho, mas que marcaram minha vida, obrigado por contribuíram no meu crescimento pessoal e profissional.

Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.

Audre Lorde



## RESUMO

A proposta primordial deste trabalho é analisar como se dá a relação entre masculinidade e violência contra a mulher a partir de uma perspectiva gestáltica. Nesse ensejo realizou uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, com intuito de levantar dados sobre masculinidade, violência contra a mulher e GT e considerando a complexidade desse assunto foram utilizados materiais de outras áreas do conhecimento além da Psicologia, como o Direito e a Sociologia. Realizou-se pesquisas nas bases de dados Scielo e Pepsic, além da utilização de artigos científicos publicados em revistas, livros, dicionários, leis federais, monografias e teses, para tanto utilizou-se os seguintes termos: “masculinidade”, “masculinidade e violência”, “violência contra a mulher”, “Gestalt-terapia” e “gestalt-terapia e violência”. Após o levantamento bibliográfico acerca dessa temática, buscou-se realizar uma análise gestáltica utilizando como base o método fenomenológico, além de realizar uma discussão crítica sobre as articulações encontradas entre masculinidade e violência contra a mulher, o que possibilitou perceber que é a partir das relações com o meio que o sujeito introjeta as regras e valores regentes na sociedade, que são projetados no momento de contatar, inferindo que é no contatar com o outro que ocorre a violência. Diante dessa compreensão, considerou-se que essa pesquisa demonstrou sua relevância e alcançou seus objetivos científicos, assim como sua relevância social uma vez que dissertou diretamente sobre a masculinidade e suas interfaces com a violência contra a mulher considerando a realidade social de nosso país, além de reconhecer que a GT possibilita que as pessoas se tornem mais *aware* do que fazem e como agem, encontrando novas formas de contatar e proporcionando ao homem transformação e crescimento.

**Palavras-chave:** Masculinidade. Violência contra a mulher. Gestalt-Terapia.

## ABSTRACT

The main purpose of this research is to analyze how the relationship between masculinity and violence against women is constructed from Gestaltic perspective. To do so, it has been performed a qualitative and bibliographic research in order to collect data on masculinity, violence against women and GT, and considering the complexity of this subject were used materials from other areas of knowledge besides Psychology, such as Law and Sociology. It has been made research on the databases Scielo and Pepsic, in addition to the use of scientific articles published in magazines, books, dictionaries, federal laws, monographs and theses, the following terms were used: "masculinity", "masculinity" and "violence" ", " Violence against women ", " Gestalt-therapy "and" gestalt-therapy and violence ". After composing this bibliographic research, the main objective was to perform a Gestaltic analysis, utilizing as an support the phenomenological method, as well as accomplish a critical discussion around the joint points existing between masculinity and violence against women, which allowed to realize that it is between the relationship with the environment that the subject introjects rules and values that rules society, which are projected on the contact, inferring that the violence happens on the contact between beings itself. In face of this conclusion, it was agreed that the relevance of this research has accomplished its scientific objectives, as well as its social relevancy once it has disserted directly about the interfaces between masculinity and violence against women, taking into account the social reality in our country, as well as to recognize that GT allows people to be aware of how they behave and finding new forms of contact, offering transformation and evolution of the man.

**Keywords:** Masculinity. Violence against women. Gestalt-Theraphy;

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE MASCULINIDADE .....</b>	<b>14</b>
<b>3 GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 Tipos de violência .....</b>	<b>33</b>
<b>3.2 Autores de violência contra a mulher.....</b>	<b>35</b>
<b>4 GESTALT- TERAPIA.....</b>	<b>39</b>
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>49</b>
<b>6 ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Difícil não se impactar diante dos muitos casos de violência contra a mulher que se tem conhecimento através dos meios de comunicação. Todos os dias mulheres são violentadas de diversas maneiras, refletindo a realidade em que vivemos. Conforme a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM, 2015) cerca de 56% da população brasileira conhece algum homem que agrediu a parceira e 54% conhece alguma mulher que sofreu agressões do parceiro. Essa comoção pessoal diante do cenário de violência contra a mulher no Brasil é um dos motivos da escolha desta temática. Além disso, a experiência como estagiária na Vara Especial de Violência Familiar e Doméstica Contra a Mulher proporcionou-me o contato diário com mulheres em situação de violência e também com os autores de violência, o que contribuiu no interesse em pesquisar sobre a violência contra a mulher a partir da perspectiva do autor, deste modo focando no conceito de masculinidade e como introjetos do patriarcado estão presentes na perpetuação dessa violência.

Albuquerque (2010) aponta que em nossa sociedade a agressividade, a competição, a força, a valentia, o heroísmo e a coragem são tidos como os valores culturais cultivados e exaltados nos quais a masculinidade se afirma, estando ela associada, principalmente, às práticas violentas, nas quais não há cuidado nem consigo mesmo nem com o outro.

Ainda de acordo com o autor supracitado o homem é ensinado a desejar uma mulher passiva e objeto de sua vontade, entretanto quando ele se depara com situações em que ela difere da mulher idealizada, não se conformando ao local social e cultural definido por ele, entende isso como afronta à sua masculinidade e por não saber lidar com essas divergências acaba por não ver outra opção a não ser eliminar esse outro que o desafia e faz isso como uma forma de manter o seu status.

Vivemos em uma sociedade patriarcal e o discurso dominante é o machista, o qual comparece como a lei e o padrão moral a ser seguido por todos. Neste, as mulheres são colocadas em uma posição desprivilegiada e subalterna em comparação aos homens. Assim ao se falar das relações sociais entre os gêneros se fala da opressão do patriarcado. Falar sobre gênero é remeter-se às construções dos papéis sociais, os quais estão relacionados às regras e normas sociais que são impostas e internalizadas como naturais (SANTOS, 2013).

Para compreender as interfaces entre masculinidade e violência contra a

mulher faz-se diálogo com a Gestalt-terapia (GT). A GT contribui com a visão de ser humano holística, estando ele sempre em relação com o meio que o cerca e conforme Aguiar (2014) aponta, homem e realidade estão integrados, e é justamente esse caráter relacional que o acompanha por toda a vida que permite a constituição e mudanças em mudanças de sua personalidade.

Segundo Aguiar (2014) pensar a partir dessa visão é ver o homem como uma totalidade, entendendo os fatores emocionais, cognitivos, orgânicos, comportamentais, sociais, históricos, culturais, geográficos e espirituais como processos vinculáveis que fazem parte da totalidade que é o ser. Importante mencionar a contribuição do método fenomenológico para GT, pois como afirma Ribeiro (2007) isso implica em observar com atenção o fenômeno e descrever de forma fiel, evitando interpretações e trazendo para o tema do trabalho permite analisar a masculinidade e o fenômeno da violência contra as mulheres sem a priori ou pré-conceitos.

A violência contra a mulher é um grave problema social no nosso país onde os homens são os principais autores desse tipo de violência (BRASIL, 2017). A partir disso surgiu a seguinte problemática: masculinidade e violência contra a mulher estão relacionados? Se sim, de quais maneiras? Assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar as interfaces entre masculinidade e violência contra a mulher a partir da perspectiva da Gestalt-terapia e os objetivos específicos são: contextualizar a masculinidade ao longo da história; compreender a relação entre gênero e violência contra a mulher; apresentar a Gestalt-Terapia, seus embasamentos filosóficos e teóricos e principais conceitos; revelar as interfaces entre masculinidade e violência contra a mulher a partir da perspectiva da Gestalt-terapia.

A relevância científica desse trabalho reside na compreensão do fenômeno da violência a partir do entendimento do conceito de masculinidade, considerando a escassez de estudos sobre o tema a partir da perspectiva utilizada neste trabalho. Mesmo havendo diversos estudos sobre a violência contra a mulher, são poucos aqueles que abordam essa relação, principalmente dentro da GT, assim essa pesquisa se mostra relevante diante dessa escassez, se propondo a abordar a masculinidade e a relação com a violência contra a mulher contribuindo assim no desenvolvimento científico dessa área.

Compreender esse fenômeno focando na masculinidade se mostra crucial pois, como mostram as estatísticas, o principal autor de violência contra a mulher é o

homem, isso se exemplifica quando se mostram os dados da pesquisa realizada em 2015 pela SPM: no Brasil cerca de 80% dos casos de agressões contra as mulheres foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros; já 56% dos homens admitiram terem cometido algum tipo de atitude violenta contra as mulheres, e em diversos casos, mais de uma vez (SPM, 2015). Diante dos inúmeros casos de violência contra a mulher cometidos por homens vê-se a necessidade da realização de estudos sobre essa temática. Assim essa pesquisa pode trazer contribuições para a sociedade ao dar mais visibilidade a esta problemática, fomentando debates e discussões acerca da mesma, deste modo a relevância social deste trabalho é contribuir no combate à violência contra a mulher.

Para que se chegue à resposta da problemática “masculinidade e violência contra a mulher estão relacionados?” este trabalho foi dividido em quatro seções. Na primeira seção intitulada “Contextualizando a masculinidade” fez-se uma apresentação da história da masculinidade e sua conceituação, também o conceito de patriarcado e sua relação com a masculinidade.

Na segunda seção intitulada “Gênero e violência contra a mulher”, foram apresentados os conceitos de gênero e violência, além de estatísticas sobre a violência contra a mulher que apontam os homens como sendo os principais autores de violência. Na terceira seção, apresentou-se os embasamentos teóricos e filosóficos da Gestalt-terapia e seus principais conceitos, os quais foram utilizados na análise e discussão do tema na próxima seção. A quarta e última seção tratou-se da análise e discussão da articulação entre a masculinidade e a violência contra a mulher a partir da Gestalt-terapia.

## 2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE MASCULINIDADE

Para contextualizar a masculinidade é necessário apresentar primeiramente o conceito de patriarcado. Segundo Hartmann (1979) homens de diferentes classes e raças possuem locais diferentes dentro do patriarcado, podendo haver uma relação de hierarquia direcionada aos próprios homens, entretanto estes se unem e dependem um do outro para manter a relação de dominação sobre as mulheres. Para este autor qualquer homem, independente de qual local ocupe na hierarquia, possui poder sobre alguma mulher. Afirma ainda que a institucionalização do casamento monogâmico heterossexual é uma forma eficiente de controlar a sexualidade da mulher e seu acesso a recursos econômicos, dá ao homem o poder de controlar a força de trabalho laboral da mulher e garantir que esta sirva ao propósito de atender suas necessidades sexuais e de cuidar dos filhos.

O patriarcado é um sistema que se perpetua, principalmente dentro da família, pois a atribuição dos cuidados domésticos e dos filhos às mulheres e o trabalho ao homem é repassado aos filhos que esta é a ordem social das coisas. Entretanto, não é apenas na família que comparece, a escola, o trabalho, a mídia e a sociedade como um todo são responsáveis por reafirmar tal posição de inferioridade da mulher. Deste modo, suas principais características são o casamento heterossexual, o trabalho doméstico e a criação dos filhos pela mulher, controle da sexualidade e a dependência econômica (HARTMANN,1979). O referido autor define o patriarcado como “um conjunto de relações sociais entre os homens, que têm uma base material e que, embora hierárquica, estabelecem ou criam interdependência e solidariedade entre os homens que lhes permitem dominar as mulheres” (p.11, tradução nossa).

Pateman (1993) confirma o conceito de patriarcado de Hartmann (1979) ao descrevê-lo como um poder político dos homens sobre às mulheres, neste a liberdade civil é um atributo apenas do homem garantido pelo direito patriarcal e ainda respalda o acesso do mesmo ao corpo da mulher. A diferença sexual é tida como diferença política que resulta na liberdade do homem e na sujeição da mulher. A partir disso a autora afirma que este é “o único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (p.39).

Para Saffioti (2004) o conceito de Hartmann (1979) sobre o patriarcado implica em uma hierarquia baseada nas diferentes faixas etárias dos homens, as quais

desempenham um papel social, e na manutenção da solidariedade entre os mesmos, a qual garante o controle sobre a mulher. Segundo este regime as mulheres são tidas como objetos sexuais, responsáveis pela satisfação sexual do homem, por gerar herdeiros e novas reprodutoras. Determina-se que um dos papéis sociais da mulher é oferecer serviços sexuais ao seu dominador, isto deixa claro que há uma relação de dominação e exploração das mesmas pelos homens, o que resulta em sua opressão. Sobre o patriarcado Badinter (1993) acrescenta:

desde o surgimento do patriarcado, o homem sempre se definiu como ser privilegiado, dotado de alguma coisa *a mais*, ignorada pelas mulheres. Ele se julga *mais* forte, *mais* inteligente, *mais* corajoso, *mais* responsável, *mais* criativo ou *mais* racional. E este *mais* justifica sua relação hierárquica com as mulheres, ou pelo menos com a sua” (BADINTER, 1993, p.6)

Saffioti (2004) define o patriarcado como um regime de dominação e exploração das mulheres pelos homens, no qual um dos principais elementos usados para garantir a soberania de um gênero pelo outro é o controle da sexualidade feminina, garantindo aos homens direitos sexuais sobre as mulheres praticamente sem impor limites. É um fenômeno social com relações hierárquicas que não se restringe apenas ao ambiente privado e familiar, mas perpassa a sociedade como um todo, invadindo todos os seus espaços. Dessa forma, enquanto uma estrutura de poder se fundamenta tanto na ideologia quanto na violência.

O patriarcado é uma estrutura hierárquica que dá aos homens o direito de dominar as mulheres. Tal configuração pode ser incitada e praticada por qualquer um, inclusive por mulheres, Saffioti (2004) exemplifica isso ao dizer que as mulheres ao disciplinarem seus filhos desempenham o papel de patriarca, em maior ou menor nível, e perpetuam a lei do pai.

Além do controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva da mulher, há também o controle da inserção desta mulher no mercado de trabalho, seja por meio da discriminação salarial, da segregação de cargos ou da marginalização da ocupação de importantes papéis econômicos e políticos (SAFFIOTI, 2004).

Além da hierarquia entre os gêneros existente no patriarcado, é possível perceber uma contradição de interesses, enquanto os homens buscam manter seu *status quo*, as mulheres buscam pela igualdade social. Neste regime não há espaço para a solução dessa contradição, assim é necessário sua superação, a qual pode se dá por meio de transformações profundas na sociedade, eliminando assim as desigualdades e mantendo as diferenças (SAFFIOTI, 2004).



Trazendo o conceito para a realidade da sociedade brasileira, Silva (1992) afirma que o patriarcado se envolve com o racismo e o capitalismo, formando assim um sistema único de dominação-exploração, onde esse tripé se mostra como “faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida” (p.28). Assim o patriarcado privilegia o homem, possibilitando a ele o exercício de poder sobre as mulheres, e enquanto uma ordem social reforça as relações de dominação-exploração. Como fruto da ideologia que reproduz relações de poder contraditórias a imagem construída da mulher na sociedade a representa como um ser frágil, dependente e submissa ao homem. Conforme isso:

Como subproduto do patriarcalismo, a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita ou sub-reptícia, coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro. (CERQUEIRA e COELHO, 2014, p.2)

O patriarcado enquanto um sistema social permite que relações hierárquicas coexistam, desta maneira surgem diversas formas de masculinidades que ratificam o poder do homem sobre a mulher. Além disso para compreender a masculinidade é necessário apresentar a construção histórica desse conceito.

Até o século XVIII, o pensamento dominante sobre a sexualidade era conhecido como *one-sex-model*, neste modelo a mulher era vista como sendo um homem invertido, assim seus órgãos sexuais e reprodutores correspondiam aos do homem, o útero equivalia ao escroto, os ovários aos testículos, a vulva ao prepúcio e a vagina ao pênis. A anatomia masculina era tida como o modelo de perfeição, estava relacionada com o domínio da superioridade, logo o feminino era reconhecido como o inferior, um sujeito menos desenvolvido se comparado ao homem (SILVA, 2000).

Sobre a teoria do *One-sex-model*, Badinter (1993, p.8) discorre “ser homem ou mulher era antes de tudo uma hierarquia, um lugar na sociedade, um papel cultural, e não um ser biologicamente cultural ao outro”. Esse modelo reflete uma diferença qualitativa no qual homem é o padrão de perfeição, deste modo uma hierarquia se mantém, ao passo que a mulher não alcança o patamar do homem.

Foi apenas na transição entre os séculos XVIII e o XIX que um novo modelo de sexualidade foi proposto, surgiu o *two-sex-model*, que de um sexo apenas, passam a existir dois. Neste houve a decadência da unicidade e perfeição do corpo masculino. A mulher deixa de ser o homem invertido e se torna o oposto do homem, sua forma complementar. A diferença que era explicada pela relação anatômico-fisiológica passa

então a ser determinada pela sexo político-ideológico, assim as diferenças agora são da ordem moral, definindo e impondo comportamentos para homens e mulheres de acordo com as exigências da sociedade dessa época (SILVA, 2000).

De acordo com o referido autor acima, o novo modelo de sexualidade ainda mantinha a relação desigual entre os gêneros, estando a mulher ainda na posição de inferioridade, principalmente em relação ao seu corpo que era tido como frágil, isso era perceptível ao analisar os espaços que cada um ocupava, enquanto as atividades dos homens eram voltadas para mundo social, ocupando local na economia, na política e interações sociais, além do ambiente familiar, as atividades das mulheres eram restringidas ao âmbito doméstico e familiar. As mudanças impostas por esse novo modelo ratificavam a já existente supremacia do homem.

A partir do *two-sex model*, a biologia passou a ser o fundamento dos preceitos sociais. A capacidade da mulher de gerar filhos se tornou aquilo que a define, sua função maternal é consagrada e é isto que faz dela um ser oposto ao homem. É em relação a essa função que a mulher toma o poder dentro do lar, são suas as responsabilidades de educar os filhos e personificar os bons costumes. Entretanto é somente neste local que a mulher tem poder, no que se refere os espaços públicos este cabe ao homem, a ele cabe a produção, a criação e a política (BADINTER, 1993).

A autora citada acima afirma, ainda, que os defensores desse modelo, sustentavam que devido às diferenças existentes e à incapacidade de comparação entre homem e mulher não havia motivo para falar de desigualdade, e era justamente isso que retirava a possibilidade de um sexo como referência, entretanto esse discurso encobria uma realidade não tão democrática, afinal o homem continuava a ser a medida com a qual a mulher era comparada, como aponta a autora “afinal, seja qual for o modelo imaginado para pensar os sexos – semelhança ou diferença –, o homem se apresenta sempre como o exemplar mais bem-acabado da humanidade, o absoluto a partir do qual a mulher se situa” (p.9).

Ainda referindo ao modelo *two-sex-model* a imagem de homem invertido se deslocou da mulher para o homem homossexual, isto dava o status de anormalidade às outras subjetividades sexuais masculinas. A fragilidade atribuída à mulher e ao homem invertido passa a atormentar o imaginário social do homem desta época, sendo necessário, a partir do século XIX, exaltar a masculinidade, tornando-se cada vez mais forte a imagem de que o mesmo precisa ser másculo e viril como uma forma de pôr a prova seu sexo forte. Neste momento ocorreu a primeira crise da

masculinidade como decorrente do medo da feminilidade presente em alguns homens e do medo de tornarem-se homossexuais, pois ser homem nesse século significava não ser mulher e em hipótese alguma homossexual. Assim como a feminilização do homem era malvista, a masculinização o era para as mulheres, cada gênero deveria se restringir a seu papel social determinado a partir de sua identidade biológica e aquilo que desviava dessa norma era punido (SILVA, 2000).

Em contrapartida, decorrente das duas guerras mundiais, da industrialização e do movimento feminista, principalmente a partir da década de 60, as mulheres passaram a ocupar o espaço público e com isso abriu-se discussões sobre os papéis sociais, tendo como ponto de partida o estudo de gênero. Houve o fortalecimento da mulher como ser social, um avanço na conquista de uma cidadania e direitos tanto no âmbito público quanto privado (SILVA, 2000).

Januário (2016) aponta que um dos principais focos dos estudos de gênero, os quais tomaram lugar a partir da segunda metade do século XX, foi a construção da feminilidade, pensamento evidenciado pela famosa frase de Simone de Beauvoir (2016, p.11) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, entretanto, assinala ainda que pouca atenção foi dada à construção da masculinidade e que estudos se fazem necessários para compreender os elementos que permeiam essa construção, como forma de entender a origem da dominação masculina e também como combatê-la.

Para Badinter (1993) nos anos 60 o feminismo questionou a distinção dos papéis e possibilitou que as mulheres ocupassem espaços que até então eram domínios do homem. Deste modo romperam com a ideia de superioridade masculina sobre o feminino. Nessa época o feminismo foi acusado de desestruturar e misturar os pontos de referência estáveis, entretanto, comenta a referida autora, o que o feminismo ocidental fez foi questionar o próprio conceito de gênero e apontar os problemas decorrentes das relações destes. Aponta que a falta de referenciais resulta em jovens tendo que escolher entre duas opções: não ser macho o suficiente ou sê-lo em excesso.

Os estudos sobre gênero propõem uma nova forma de ver o homem, diferente daquela do século passado. Nesta, admite-se que a feminilidade vista no homem passa a ser mais tolerada:

os homens passariam a reivindicar uma nova qualidade no espaço social, redefinindo a si mesmo, não mais como um “macho” inveterado, onde sua virilidade estaria intocada. O novo homem agora admitia sua fraqueza, sua fragilidade; o corpo já não servia para impor uma condição masculina. (SILVA, 2000,

p.13)

Entretanto, o autor citado acima afirma que esse novo conjunto de características masculinas não conseguem compreender todas as subjetividades masculinas, assim na contemporaneidade concebe-se outra crise da masculinidade. O homem estaria reconstruindo sua identidade, sendo posto à prova é necessário a busca de uma melhor descrição de si mesmo, deste modo, precisa se ajustar e se conformar com as normas impostas pela cultura, as quais muitas vezes não condizem com os traços identitários que almeja para si e isto causaria um mal-estar (SILVA, 2000).

Nos Estados Unidos por volta da década de 70, os teóricos das ciências humanas inauguraram o campo de estudo sobre a identidade masculina, eles questionavam o papel ideal masculino, como era uma fonte de alienação para os homens e como gerava desentendimento destes com as mulheres. Um dos principais objetivos era mostrar as contradições que a norma submetia o homem (BADINTER, 1993).

Na década de 70 as teorias da androginia concebiam masculinidade como aquilo que definia a essência do homem, este era visto como símbolo de poder e força. As então características atribuídas a esse indivíduo eram percebidas como resultados casuais de fatos históricos. Essas teorias avançaram ao definir a masculinidade como um papel de gênero distinto da feminilidade e não oposto a esta (STELLMANN, 2007).

Em 1980, a ideia de que o homem é um problema a ser resolvido criou um período de incerteza e angústia. Aquilo que até então se tinha como a essência do homem, a virilidade, passou a ser questionada. A diferenciação masculina se torna mais complexa envolvendo fatores como classe, raça, idade ou preferência sexual. A partir dessa época passa-se a falar de masculinidade no plural (BADINTER, 1993).

Branonn (1976 apud BADINTER, 1993) formulou quatro imperativos da masculinidade: no sissy stuff (“nada de fricotes”), segundo o qual o homem deve estar isento de toda feminilidade; the big wheel (“personagem importante”), em que o homem deve ser superior aos outros, é sucedido, poderoso e admirado; the sturdy oak (“o carvalho sólido”), que representa o homem como independente, podendo contar apenas consigo mesmo e que o contrário significa demonstrar fraqueza; Give'em hell (“mande todos para o inferno”), que afirma que o homem deve ser mais forte que os outros, podendo fazer uso da violência, devendo demonstrar audácia e agressividade; O homem que se sujeita a esse ideal masculino poderia ser

considerado como um supermacho, como “homem duro, solitário porque não precisa de ninguém, impassível, viril a toda prova” (p.134).

Esse ideal podia fortemente ser visto nas figuras masculinas representadas na literatura e no cinema americanos. Exemplificada por meio das figuras do caubói (em constante combate contra outros homens e com dificuldade de exprimir sentimentos), do Rambo e do Exterminador, ambos dotados de uma força descomunal e que se esvaem de qualquer sentimento. Ao Rambo, entretanto, resta ainda uma virilidade humana, representada pelo objeto fálico, seu punhal, e por conta disso, fraquejante. O Exterminador chega ao patamar de macho puro, deixa sua humanidade de lado e se torna livre de qualquer moral, do medo, da dor, da morte e dos sentimentos. Esses personagens ofereciam aos expectadores/leitores a contemplação de uma hipervirilidade que não existe na vida real (BADINTER, 1993).

Esse ideal amplamente seguido na América podia ser alcançado por poucos, já que não era possível concretizar esse tipo de masculinidade. Badinter (1993) comenta que em algum momento da vida, a maioria dos homens compreende que não é possível alcançar esse ideal de masculinidade, a partir disso surge uma tensão entre o ideal coletivo e a vida real. Ocorre nesse momento uma angústia, o homem em busca desse ideal coletivo (e inalcançável) se depara com a vida real. Essa imagem inalcançável gera insegurança e a sensação de imperfeição, o macho machucado vê na promoção da hipervirilidade o remédio para isso. Entretanto esse ideal persiste por conta de uma cumplicidade existente entre aqueles a quem oprime e exprime acima de tudo a superioridade dos homens sobre as mulheres, refletindo uma assimetria entre os sexos, reforçando assim as fronteiras entre eles.

Sobre os quatro imperativos da masculinidade de Brannon, Stellmann (2007) discorre que apesar de apontar diversos estereótipos masculinos, reconhecia que havia apenas uma forma de masculinidade, a qual era tida como não-feminina, independente, orientada ao status, heterossexual, forte e predisposta a “correr riscos”. Entendiam a masculinidade como um conceito relativamente oposto à feminilidade, assim ser homem é não ser mulher.

Stellmann (2007) comenta que após a segunda guerra mundial alguns instrumentos foram utilizados para mensurar a masculinidade, a exemplo pode se citar Brannon Masculinity Scale, de Brannon e Juni, e o Hipermasculinity Index, de Mosher e Sirkin, ambos de 1984, estes instrumentos se baseavam no pressuposto de que a masculinidade é uma ideologia que os homens procuram realizar. Vale ressaltar que

nesse momento da história os casos de hipermasculinidade eram indesejados, pois a esta se atribua diversas adversidades, inclusive o sexismo.

Brannon citado por Stellman (2007) aponta a existência de diferentes estereótipos de masculinidades, foi a partir das décadas de 1980 e 1990 com as contribuições da sociologia que a existência de diversas formas de masculinidades passou a ser defendida. Acrescenta que um dos sociólogos que contribuiu com essa forma de pensar foi Robert Connell com sua teoria de masculinidade hegemônica e masculinidades subordinadas, na qual ressalta que é possível encontrar as características comuns entre elas: preocupação com status e com poder, não expressão de emoções, anti-feminilidade e anti-homossexualidade.

Somando a essas teorias, Levant et al. (1992, apud LEVANT,1996) desenvolveu o “Male Role Norms Inventory” no qual era possível identificar a ideologia tradicional da masculinidade a partir de sete dimensões: evitar “coisas” femininas; restringir a vida emocional; ênfase na resistência e agressão; obrigação de ser auto-suficiente; alcançar êxito acima de tudo; atitudes não relacionais e objetificadoras em relação à sexualidade; medo e ódio de homossexuais. Tanto nesse inventário quanto no proposto por Brannon é possível ver similaridades das características da masculinidade, aqui se destaca a aversão ao feminino, a violência e agressão e a necessidade de ser mais sucedido que todos.

Badinter (1993) acrescenta que a violência masculina não é uma constante universal, uma vez que varia de uma sociedade para outra e de um indivíduo para o outro. Em sociedades onde a mítica masculina<sup>1</sup> persiste, a violência masculina ainda prevalece, tornando-se perigosa não somente aos seus alvos mais comuns, a mulher e o homossexual, mas também para o próprio homem. A autora ainda enfatiza que: “o modelo de homem hiperviril, desmatriciado, desfeminizado, é fonte de uma verdadeira doença da identidade que está na origem de uma dupla violência: aquela que agride os outros e aquela que se volta contra o próprio indivíduo” (p.115).

Com o surgimento dos estudos construtivistas em 1980, abandonou-se a ideia da masculinidade como essência do sujeito, passou-se então a compreendê-la como uma construção múltipla, dinâmica, cultural e simbólica, ou seja, fruto de interações. A partir desse momento o olhar é voltado para a constituição das identidades, o que permitiu abarcar as relações de poder presentes nas interações (STELLMANN, 2007).

---

<sup>1</sup> Mítica masculina: segundo Badinter (1993, p.137) é mítica do sucesso, da potência, do controle e da força a qual cria uma imagem inacessível de virilidade aos homens

Na década de 90, conforme afirma Stellmann (2007), surgiu a Teoria *Queer*, que contribuiu com as reflexões sobre a masculinidade ao questionar o que é natural ou normal em relação à sexualidade e sua diversidade de expressão, ampliando assim as formas de ser homem ou de ser mulher. Colling (2007) acrescenta que os primeiros trabalhos na temática referida fizeram fortes críticas àqueles que defendiam a heterossexualidade como aquilo que era correto e saudável.

Segundo Garcia e Miranda (2012) essa teoria surgiu nos Estados Unidos com intuito de questionar, problematizar e radicalizar uma minoria excluída da sociedade heteronormativa, criticando os discursos hegemônicos da cultura ocidental, tendo como base os estudos sobre gays e lésbicas, mas vai além deles no que se refere a representação da multiplicidade sexual e do combate à discriminação e exclusão, possibilitando novas reflexões e entendimentos na busca pela igualdade da pluralidade de sujeitos e de suas sexualidades.

De acordo com Badinter (1993) com as mudanças na sociedade e os questionamentos levantados sobre a masculinidade no fim do século XX houve um processo de perda de referenciais, assim o homem não soube mais como se definir e começou a se questionar sobre sua identidade, alguns destes homens seguiram o exemplo das mulheres que nessa época contestavam os papéis sociais a elas atribuídos, passando então a querer libertar-se da coação da *illusio viril*<sup>2</sup>.

Ainda segundo a autora referida acima o questionamento em vigor sobre a masculinidade gira em torno de: ela é um dado biológico ou uma construção ideológica? Essa questão gera um debate entre duas correntes teóricas que se opõem: o determinismo biológico/diferencialistas e os culturalistas/construtivistas.

Para os diferencialistas, aqueles que defendem as teorias sociobiológicas, é a biologia que define a essência do homem e da mulher, deste modo todo comportamento humano pode ser explicado pela hereditariedade genética e funcionamento neurônico. A oposição que existe se junta na reprodução, este é o único momento que os sexos se encontram, nesta tem-se a explicação da natureza do homem e da mulher. Assim as mulheres são naturalmente tímidas, difíceis e minuciosas, enquanto os homens são inconstantes e copulam com qualquer mulher

---

<sup>2</sup> *Illusio viril*: Bourdieu (1990 apud BADINTER, 1993, p.4-5) especifica a fórmula da *illusio viril* com a seguinte citação: “para louvar um homem, basta dizer que ele ‘é um homem’.”, assim os homens viveriam num constante esforço para estar à altura dessa ideia de homem e em sofrimento por não consegui-lo.

(BADINTER, 1993).

A autora acima assinala que nessa teoria tem-se que é da natureza dos homens disputarem entre si o potencial reprodutivo das mulheres, e só ganha a competição o mais forte e agressivo. É justamente essa agressividade hereditária que garante ao homem a dominação sobre as mulheres e uma justificativa para a violência. Usa-se inclusive o biológico como justificativa para o estupro, este não passaria de uma força irresistível a qual o homem não consegue escapar, uma necessidade inconsciente e de reprodução, servindo assim ao propósito da natureza do ser humano, sendo ao mesmo tempo vantajoso e inevitável. Presos ao determinismo biológico, homens e mulheres estão fadados a representar sempre o mesmo papel.

Oposto ao diferencialismo, o construtivismo rejeita a ideia de uma masculinidade única e universal, válido para todos os tempos e lugares, compreende a masculinidade como uma ideologia, cujo propósito é justificar a dominação sobre as mulheres. Há uma multiplicidade de masculinidades que se diferenciam por época, classe social, raça e idade do homem. Assim os “construtivistas” vão ao encontro do pensamento de Simone de Beauvoir (1980) sobre tornar-se mulher e afirmam que não se nasce homem, torna-se homem. Dessa forma, a masculinidade se ensina e se constrói, e também é passível de mudanças. O dualismo que existe entre os sexos é puramente ideológico, no qual um sempre visa a opressão do outro (BADINTER, 1993).

Badinter (1993) julga ambas as posições como irreconciliáveis, falhando em explicar a complexidade da masculinidade. Enquanto o “diferencialismo” falha em explicar a diversidade por meio do biológico, o “construtivismo” com sua ideia de multiplicidade de masculinidades não abarcaria os caracteres comuns ou as conviências secretas existentes. Por conta disso, a autora reforça a ideia de ver a masculinidade como um fenômeno complexo.

A autora acima aponta que em nossa sociedade somos levados a crer que há um princípio universal e permanente da masculinidade, princípio este que se encontra na natureza, nas diferenças dos sexos, na anatomia. Para a autora, ser homem requer um esforço, um trabalho, pois possuir um cromossomo Y ou ter órgãos sexuais masculinos não são suficientes para o definir o macho.

Um dos desafios de ser homem é ter que provar constantemente sua masculinidade, não somente a si mesmo, mas àqueles que estão ao seu redor. Este ser não nasce viril e dotado de masculinidade, suas características são construídas



ao longo da vida. Complementa ao dizer “dever, provas, provações, estas palavras dizem que há uma tarefa real a cumprir para tornar-se homem” (BADINTER, 1993, p.4).

Albuquerque Jr (2010) corroborando com Badinter (1993), aponta que a sociedade heteronormativa espera que os homens gostem e desejem sexualmente as mulheres, que vejam o corpo da mulher como fonte de desejo e prazer imediato, são tidas apenas como seu objeto de posse, poder e domínio do próprio homem. Esta sociedade acaba por definir o masculino e o feminino de tal forma que não possam gostar um do outro, assim aparentam viver em mundos distintos, sendo estranhos uns aos outros.

Para Santos (2013) desde antes de nascermos já somos enquadrados como homem ou mulher e ao longo da vida somos moldados a partir de estereótipos masculinos ou femininos. Assim o homem é um ser racional que não chora e tem liberdade sexual, enquanto a mulher é um ser sentimental que precisa guardar sua sexualidade apenas para o marido. Ratifica ao dizer que “homens e mulheres crescem aprendendo e internalizando essas crenças de forma naturalizada, sendo, portanto, preciso, necessário e urgente desconstruí-las a favor de uma efetiva igualdade de direitos para homens e mulheres” (p.22).

Pensar esse assunto para além do biológico, admitindo ser uma construção social e histórica e das diferentes culturas e, conseqüentemente, dos diversos ideários que existem sobre o que é ser homem ou mulher, implica dizer que não há apenas uma masculinidade, mas sim masculinidades, no plural, isto quer dizer que não existe no mundo ideologia masculina que seja igual e linear para todos. São construções que variam de cultura para cultura, de época para época e longitudinalmente, ao decorrer da vida de cada pessoa, também sendo influenciado por fatores como classe, raça, etnia e idade (SANTOS, 2007).

A partir disso podemos pensar em outros fatores que influenciam no ideal de masculinidade como, por exemplo, a religião. Conforme Albuquerque (2010) o discurso religioso sobre a masculinidade coloca o homem como semelhante à figura de Deus, assim características tidas como de dimensão superior - o espírito, a alma e a razão- são valorizados no ser humano, e não coincidentemente são atribuídas ao homem e isto o aproxima da figura do divino. Januário (2014) contribui com o debate ao dizer que em culturas com forte influência da religião, esta contribui na constituição e manutenção dos papéis sociais do homem e da mulher, assim a autora aponta que

“a Igreja, enquanto instituição formadora de sentido, simbolismos e opinião, é detentora de poder e possui um papel fundamental na criação e perpetuação de uma normatividade, até mesmo ao nível de identidades de gênero” (p.82).

Ao mesmo tempo que a religião contribui na construção de uma imagem de superioridade do homem, ela perpetua uma imagem de inferioridade da mulher, é o que Januário (2014) pontua ao dizer:

a Igreja tem propiciado o fortalecimento da ideia de inferioridade da mulher por meio de modelos estereotipados, tipificados nas figuras de Maria e Madalena: a santa submissa às normas vigentes, por um lado, e a prostituta envolta num ambiente promíscuo, por outro. (JANUÁRIO,2014, p.82)

Lemos (2011, p.12) assinala que “a própria ideia de Deus é marcada pelos atributos físicos e subjetivos da masculinidade: força, autoridade, barba, cabelos grisalhos, potência, coragem”. A religião cristã perpetua o ideal de masculinidade do homem enquanto provedor, espera que ele seja o principal responsável financeiro e moral da família, este deve assumir e ser capaz de realizar todas as responsabilidades referentes ao seu gênero para que seja validado enquanto homem pela família, religião e o Estado.

A masculinidade é um fenômeno multideterminado e a partir de Santos (1995a, apud CONELL, 2007, p.136) podemos pensar que “diferentes tipos de masculinidades podem ser produzidos num mesmo contexto social, geralmente em torno de uma masculinidade hegemônica, de um padrão idealizado de ser homem, que subordina outras formas de ser e de agir”. Compreende-se a hegemonia como aquilo que confere ao homem uma posição de superioridade e poder social, principalmente, em relações às mulheres, o que gera dominação e subordinação, não somente a estas, mas a tudo aquilo que possa se remeter ao feminino.

A partir do exposto no parágrafo anterior torna-se interessante apresentar o conceito de masculinidade hegemônica de Connell (2014). Para esse autor a maneira como as masculinidades se relacionam é uma característica fundamental de como a sociedade patriarcal funciona, e também define-a como o domínio social obtido por meio de um jogo de força social, contudo não se limita ao uso de força, mas se expande para organização da vida privada e de processos culturais, alicerça-se em doutrinas e práticas religiosas, na mídia, na diferença salarial e em políticas de bem estar e tributárias, que implicam na manutenção de práticas que subordinam a mulher ao homem. Apesar de não ser fundada pelo uso da força, pode-se fazer uso desta

para garantir a hegemonia de um grupo sobre outro. Constrói-se em relação a diversas masculinidades subordinadas, assim como em relação às mulheres.

Admitindo a existência de uma masculinidade hegemônica, Connell & Messerschmidt (2013) a entendem como um padrão de práticas que legitima ideologicamente a subordinação da mulher ao homem. É normativa, pois impõe uma forma honrada de ser do homem e exige que os mesmos se posicionem em relação a ela. Para manter o padrão imposto pela hegemonia é necessário a vigilância constante dos mesmos, assim como as mulheres devem ser excluídas e sua imagem depreciada. Entendida como um processo histórico requer um enorme empenho para sua manutenção. Justamente pelo seu caráter histórico e relacional entre os gêneros que se torna possível a reconstrução da masculinidade hegemônica, assim como a contestação do padrão dominante de masculinidade.

A hegemonia não significa o total domínio cultural de um grupo sobre outro, resultando na eliminação destes, contudo pode ser visto como um desequilíbrio de forças no qual um grupo ocupa o papel de dominação e outro de subordinação. A masculinidade hegemônica cria modelos ideais de homens a serem seguidos, mas não necessariamente estes correspondem a subjetividade em sua totalidade da maioria homens, pois se apresenta então como um ideal a ser alcançado. Afirma que a face pública da mesma não é necessariamente a figura do homem poderoso, mas sim o que sustenta esse poder e a grande quantidade de homens que sustentam esse ideal, sendo que um dos principais motivos para os homens compactuarem com essa hegemonia é que eles são beneficiados pela subordinação das mulheres (CONNEL, 2014).

Além de admitir que diversas masculinidades em uma mesma cultura são baseadas em uma masculinidade hegemônica, Santos (2007) acrescenta que a masculinidade é um conceito relacional, uma vez que só existe em contrapartida à feminilidade, possuindo três dimensões, a primeira é a via das relações de poder, no qual a mulher encontra-se em uma posição de subordinação ao homem; a segunda é das relações de produção, ligada diretamente aos desequilíbrios existentes no mundo do trabalho; a terceira se refere às relações emocionais, aqui se incluem o desejo sexual e as suas práticas.

Segundo Badinter (1993) a masculinidade está ligada diretamente ao desempenho sexual, o que reduz a masculinidade ao pênis ereto, estando a sexualidade masculina muito ligada ao sentimento de virilidade. Dessa forma, há a

“convicção de que a atividade sexual confirma o gênero: o homem é homem quando está em ereção” (p.142). O pênis confirma a masculinidade, qualquer problema com ele é um indício da perda da masculinidade.

Albuquerque Jr (2010) destaca que é possível conhecer a verdade do homem por meio de seus comportamentos e do seu corpo, o qual não pode revelar nada, seja por um gesto ou atitude, que remeta ao feminino. Valoriza-se nos homens a agressividade, a competição, a força, a valentia, o heroísmo e a coragem, suas práticas são guiadas pela violência e pela falta de cuidado consigo mesmo e com o outro. A maneira de ser do homem requer que este seja agressivo na vida e com as pessoas, que tenha poder e domínio e que exija especialmente das mulheres que sejam subordinadas a ele e aceitem suas opiniões sem contestar.

A masculinidade, enquanto um atributo relativo e reativo, está intrinsecamente ligado à feminilidade, ao ponto que quando este segundo muda reflete também em mudanças no primeiro. A exemplo, pode-se citar as exigências do feminismo na década de 60 pelo fim da distinção entre os papéis e ocupações dos domínios anteriormente ocupados exclusivamente por homens. Isto gerou incertezas, os homens que antes sabiam tão bem quem eram começaram a questionar sua identidade masculina e a característica universal do homem, sua superioridade sobre a mulher (BADINTER, 1993).

Lemos (2011) aponta que é comum homens afirmarem a sua masculinidade por meio da misoginia, demonstrando horror a tudo que é feminino, assim as relações entre os gêneros se constroem e apresentam-se como opostas, na base da tensão e do conflito. Albuquerque (2010) aponta que a violência contra a mulher é apenas uma das formas como a violência faz parte da subjetividade masculina e conclui afirmando que a masculinidade é letal, que homens morrem e matam para afirmá-la. Nessa mesma linha de pensamento Badinter (1993, p.125) contribui ao dizer “a construção da masculinidade confundiu-se com um processo de diferenciação. Considera-se o homem digno deste homem quando se cortam todas as suas amarras com o feminismo materno, ou seja, com o seu território original”.

Para Albuquerque (2010) as construções sociais dos papéis fazem com que o homem veja a mulher como um objeto e passiva, assim temos que o corpo feminino é desejado pelo homem, mas a implicação do que é ser mulher em nossa sociedade é aversivo a ele. Assim o autor complementa:

Numa sociedade como a nossa, nessa máquina de fabricar

machos, os machos só gostam é de si mesmos, pois só se pode gostar verdadeiramente, só se pode amar o que se admira, o que parece digno deste afeto. E aos olhos de um macho, as mulheres são apenas fêmeas, são apenas objeto de desejo de posse e de prazer imediato, são objeto de desejo de poder e domínio. (ALBUQUERQUE, 2010, p.30)

Um ponto importante a mencionar é que a importância da dimensão da interação social na construção da masculinidade uma vez que existe apenas em ato, é uma construção ativa. Isso quer dizer que em diferentes culturas e períodos históricos se estabelecem modelos diferentes de masculinidade. Apresentam-se como dinâmicos, do mesmo modo que podem surgir novos modelos, estes são passíveis de mudanças, inclusive de seu desaparecimento (STELLMANN, 2007).

A referida autora acima aponta a globalização como um processo que também influencia na desconstrução da masculinidade tradicional, uma vez que favoreceu a miscigenação de raças, povos e costumes, resultando em mudanças culturais, as quais se apresentam como desestruturadoras para alguns indivíduos, visto que há a perda de referências culturais que serviam de modelo de identificação ao longo das gerações.

Levant (1996) afirma que as noções de masculinidade e feminilidade são relacionais e socialmente construídas, além de suscetíveis a mudanças. Nesse mesmo sentido, Sandenberg (2004, apud SANTOS, 2013) afirma que as noções de ser homem e ser mulher variam de acordo com épocas e culturas, assim é possível abrir caminhos para desconstrução e desnaturalização do masculino e feminino.

Levant (1996) aponta que diante da mudança da sociedade e o surgimento de novas masculinidades surgem novas pressões que afetam o homem e que demandam que se comportem de modo diferente do exigido pela ideologia tradicional, por exemplo, cuidar dos filhos, dividir as tarefas domésticas, integrar sexualidade e amor, compartilhar seus sentimentos, comprometer-se em relacionamentos e coibir agressão e violência. Acrescenta Stellman (2007) que devido a essas mudanças é possível concluir que na atualidade os homens estão vivendo uma crise da masculinidade. A imposição de ter que agir de maneira diferente da ideologia tradicional causa uma pressão muito grande, deixando os homens desorientados, confusos e com seu orgulho abalado.

Uma vez apresentada a masculinidade ao longo da história até o momento atual, entendendo a relação entre masculinidade e violência contra a mulher como um fenômeno complexo para alcançar a problemática do trabalho, faz-se necessário

introduzir outros conceitos. Deste modo, na próxima seção serão apresentados a conceituação de gênero e violência, além de apontar algumas pesquisas que refletem o cenário de violência contra a mulher no Brasil.

### 3 GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Scott (1989) define o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (p.21), é um modo de dar sentido e compreender a complexidade da interação humana. O gênero é a primeira forma de significar as relações de poder, está implicado na concepção e na construção do poder em si. É uma dimensão decisiva na organização da igualdade e desigualdade, compreendendo que as relações entre homem e mulher são tidas como naturais e estruturadas de forma hierárquicas.

Corroborando com a definição de Scott (1989), Saffioti (1995) acrescenta que o gênero é uma relação social que reflete a dominação-exploração e por conta de sua característica relacional perpassa e constrói a identidade do homem e da mulher, uma de suas características principais é a supremacia masculina. A cultura destina a cada um dos gêneros um papel diferente nas relações sociais e por ser intrínseca à sociedade é também passível de mudança. Socialmente construído, corporifica a sexualidade e atribui-lhe formas de poder, assim homens e mulheres são divididos em duas categorias; o que domina e o dominado, logo “a sexualidade, portanto, é o ponto de apoio da desigualdade de gênero” (p.23).

Para Levant (1996) os papéis sociais são entidades construídas psicossocialmente que garantem vantagens e desvantagens à um dos gêneros. Essa perspectiva reconhece as diferenças biológicas entre homens e mulheres, entretanto não é isso que constrói a masculinidade e feminilidade.

Conforme Saffioti (1995) falar de gênero é falar de violência. O gênero é constituído pela desigualdade social e hierarquização padroniza a conduta masculina e feminina, trazendo embutido em si a violência, a qual comparece então como importante forma de normatização e controle social. A violência contra a mulher perpetrada por homens ocorre em todas as sociedades falocêntricas e procede de forma ascendente, começando com agressões verbais e tornando-se mais grave passando a agressões físicas ou sexuais, podendo culminar no feminicídio. A violência de gênero é aquela de caráter endêmico que afeta mulheres de qualquer idade, classe social, cultura, raça, em espaços públicos ou privados, sendo praticada por estranhos ou conhecidos, é a supremacia atribuída aos homens legitimada socialmente e responsável pela violência contra as mulheres.

Santos (2013) contribui ao dizer que a partir do estudo de gênero é possível

entender como homens e mulheres assumem papéis e comportamentos que são culturalmente estabelecidos de modo desiguais no que se refere ao poder e importância dada a cada um deles. Essa desigualdade irá se manifestar de maneiras sutis repercutindo em uma violência silenciosa que está presente no cotidiano de nossa sociedade. Para a referida autora a violência de gênero está presente em diversas situações como, por exemplo, incentivar as meninas a serem delicadas e os meninos a serem agressivos ou definir brincadeiras como pertencentes a um gênero, enfatiza que são práticas como essas que sustentam o sexismo e servem como formas de controle social. Corroborando com essa ideia Levant (1996, p.260, tradução nossa) afirma: “essas noções são socialmente construídas a partir de fragmentos do biológico, psicológico e experiências sociais para servir a propósitos específicos. Construções tradicionais de gênero servem aos propósitos do patriarcado”.

Levant (1996) em seu artigo “The new psychology of men” abordou um novo campo de estudo, o qual nos últimos quinze anos deixou de estudar a masculinidade como um referencial normativo, e passou a abordar como um constructo complexo e problemático. Questionou as normas tradicionais dos papéis masculinos, a qual dá ênfase em competições, status, dureza e estoicismo emocional, além de ressaltar que certos problemas masculinos são resultados do processo de socialização do homem, por exemplo, a violência, a desvalorização da mulher e a negligência com a própria saúde. Quase duas décadas depois, o pensamento de Levant (1996) se encontra com o de Albuquerque (2010) que explana:

A masculinidade, tal como é pensada e praticada entre nós, investe na afirmação da agressividade, da competição, da força, da valentia, do heroísmo, da coragem como valores culturais a serem cultivados e exaltados. A masculinidade se vê associada, normalmente, a práticas onde a tônica é a violência, a falta de cuidado com o outro e consigo mesmo. (ALBUQUERQUE, 2010, p.25)

Levant (1996) aponta a necessidade da Nova Psicologia do Homem, uma vez que os homens representam as maiores taxas em problemas sociais como abuso de substâncias, população de rua, autores de violência interpessoal e familiar, suicídio, abusadores sexuais e outros. Assim o estudo da masculinidade menos normativa pode contribuir no sentido de compreender e resolver alguns desses problemas que afetam não somente aos homens, mas a sociedade em geral. A masculinidade tal qual se tem hoje é perigosa não só para as pessoas ao redor do homem, em especial as mulheres, mas para o próprio homem.



A partir do apresentado é importante definir o que é violência, segundo a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002, p.5), tal órgão entende-a como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça [...] que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. Essa definição traz um avanço ao incluir uso do poder como mecanismo de violência, abrangendo assim os atos que resultam das relações de poder, isto inclui ameaças, intimidações, negligência e omissão.

A partir da década de 70, por meio do movimento feminista, a violência contra a mulher saiu do âmbito privado das relações e teve mais visibilidade, mostrando que sua origem decorre da estrutura de dominação masculina e das relações de poder assimétricas. Sua origem está enraizada em nossa cultura sexista, a qual sustenta a desigualdade de poder entre as relações do homem e da mulher (MENEZES et al., 2013).

Um grande marco na história do combate à violência contra a mulher no Brasil foi a criação da Lei Maria da Penha em 2006. A lei 11.340 recebeu seu nome em homenagem a Maria da Penha, que teve a sua vida marcada pela violência; sofreu uma tentativa de assassinato por parte de seu marido, enquanto dormia foi alvejada por um tiro, a qual resultou na perda dos movimentos das pernas, deixando-a paraplégica. Esta não foi a única vez que seu marido atentou contra sua vida, novamente sofreu uma tentativa de assassinato, desta vez por meio de eletrocussão. A busca por justiça durou 19 anos, resultando na condenação do seu marido em 10 anos de prisão. Maria da Penha tornou-se um símbolo na luta contra a violência (BRASÍLIA, 2006).

A lei é resultado da luta dos movimentos feministas e das mulheres em conjunto com os poderes públicos. Ambos opunham-se à violência e buscaram uma legislação que fosse efetiva no combate ao cenário de impunidade da violência familiar e doméstica contra a mulher existente no Brasil. É também uma resposta às recomendações da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher) e da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

A lei Maria da Penha (Art. 5º) aponta o vínculo do gênero com a violência contra a mulher, ao definir a violência doméstica e familiar como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, e estabelece a existência de 5 tipos de

violência: 2.1.1 patrimonial; 2.1.2 moral; 2.1.3 psicológica; 2.1.4 sexual; 2.1.5 física (BRASÍLIA, 2012). Entende-se também como uma das formas de violência contra a mulher o feminicídio, a qual foi instituído como homicídio qualificado pela lei 13.104 em março de 2016.

### **3.1 Tipos de violência**

O dano material e econômico contra a mulher também é resultado da violência. A Lei Maria da Penha considera isto como um crime e chama de violência patrimonial, em seu artigo 7º § IV a define como “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (BRASÍLIA, 2012, p.19).

Compreende-se como patrimônio os bens materiais e econômicos, objetos de valor afetivo e de uso pessoal, materiais de trabalho ou qualquer um necessário para exercício da vida civil e ter suas necessidades satisfeitas. Geralmente está relacionada aos outros tipos de violências, pois é utilizada pelo autor de violência para agredir fisicamente ou psicologicamente, assim ao subtrair ou destruir os bens da mulher o faz como forma de garantir que ela se cale e aceite a agressão. Essa violência pode se manifestar quando o autor de violência se recusa a entregar os bens e documentos pertencentes ao outro com o intuito de castigar ou obrigar a outra pessoa a permanecer no relacionamento. Pode ainda se expressar pela exploração financeira e material, ou seja, quando há a apropriação, furto ou roubo de seus bens ou não permitir que a mulher decida a destinação de sua própria renda, isto inclui obrigá-la a realizar empréstimos mesmo contra sua vontade (PEREIRA et al., 2013).

Sobre a violência Moral a Lei nº 11.340/06 em seu artigo 7º § V dispõe “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. Segundo o Código Penal brasileiro configura-se como calúnia (artigo 138) imputar falsamente a alguém fato definido como crime; já a difamação conforme artigo 139 é o ato de imputar fato ofensivo à reputação de alguém; enquanto segundo o artigo 140 a injúria concebe-se como o ato de ofender a dignidade ou o decoro de alguém. Oliveira (2015) acrescenta que a violência moral não se restringe à via presencial, pode ocorrer também por via telefônica ou pela internet, geralmente ocorre simultaneamente à violência psicológica.

Para Borin (2007) as sequelas deixadas pela violência psicológica são tão ou mais graves do que as resultantes da violência física, pois acabam por destruir a autoestima da mulher, tornando-a mais suscetível a ser acometida por alguma psicopatologia como, por exemplo, depressão, fobia, ansiedade, abuso de álcool e drogas e até tendências suicidas. Compromete também a saúde física da mulher, pois pode afetar seu desempenho físico, sexual, além de causar distúrbios de alimentação e sono. Nesse tipo de violência, a autoflagelação e os sentimentos de vergonha e culpa são comuns às mulheres em situação de violência.

Configura-se como violência psicológica contra a mulher: abuso verbal e intimidação; desvalorização e humilhação; ameaças de ferir, matar, suicidar-se; controle abusivo de sua vida; isolamento do convívio social e controle econômico. Segundo a Lei Maria da Penha, artigo 7º § II, entende-se como violência psicológica:

qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASÍLIA,2006).

A OMS (2002) define a violência sexual como “qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação”, podendo ocorrer em qualquer local e sendo estes cometidos por qualquer indivíduo independente de sua relação com a vítima.

Complementando essa definição, a Lei Maria da Penha (2006) em seu artigo 7º § III acrescenta que caracteriza a violência sexual contra a mulher qualquer conduta que por meio de intimidação, ameaça, coação, chantagem, suborno, manipulação ou uso da força: a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada; a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; a impeça de usar qualquer método contraceptivo; force-a ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição; que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Segundo dados do Balanço 180 do ano 2016, a violência física é o tipo de violência mais praticada contra as mulheres. Dos atendimentos realizados no 1 semestre de 2016 mais de 51% foram relatos desse tipo de agressão (BRASÍLIA,

2016). A lei Maria da Penha (2006) em seu artigo 7º § I compreende violência física contra a mulher como “qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”. Borin (2007) acrescenta que entende-se como uma prática baseada que resulte ou não em marcas no corpo. Inclui nessa prática os atos de bater, chutar, morder, beliscar, empurrar, socos, queimaduras, fraturas, arranhões, entre outros. Além do uso da força física, a agressão pode ser cometida por meio uso de instrumentos, como um pedaço de madeira ou barra de ferro. Resulta em lesões pequenas ou até traumatismos graves, podendo levar a morte, esse último agravo é entendido como feminicídio.

A Lei 13.104 entende o feminicídio como o homicídio qualificado de mulheres por razões da condição de sexo feminino, entende-se como decorrente da violência doméstica e familiar e do menosprezo ou discriminação à mulher. Para Waiselfisz (2015) compreende-se o feminicídio como agressões cometidas de forma intencional que resultem em lesões ou agravos à saúde da mulher que levem a sua morte.

É a instância última de um *continuum* de violência que inclui um vasto conjunto de práticas como abusos físicos, verbais, privações, dentre outros. Essas mortes são produtos de uma discriminação baseada no gênero, é um crime cometido por homens contra mulheres que possui características de misoginia. Esse tipo de homicídio e as formas de violência a ele associados fazem parte do sistema de dominação patriarcal, é fruto das diferenças de poder de gênero, além de serem uma maneira de sustentar essas diferenças em nossa sociedade (PASINATO, 2011).

Uma vez que se compreende a complexidade da violência contra a mulher faz-se necessário apontar a realidade sobre esse fenômeno no Brasil. Nos últimos anos, muitas pesquisas vêm sendo realizadas e estas apontam a gravidade da situação e o quanto a violência faz parte do cotidiano da população feminina no país. Essas pesquisas nos apontam quem são os principais autores de violência e as principais estatísticas sobre esse tipo de violência. Apontamentos necessários para entender a complexidade da relação masculinidade e violência contra a mulher.

### **3.2 Autores de violência contra a mulher**

O Data Popular (2013) publicou a pesquisa “Percepção Da Sociedade Sobre Violência E Assassinatos De Mulheres” na qual apontou-se que 7 em cada 10 pessoas da amostra acreditam que dentro de casa é o local onde as mulheres mais sofrem

violência. Além disso, mais de 85% dos entrevistados acreditam que os assassinatos e agressões contra as mulheres cometidos pelo atual ou ex-marido ou namorado têm aumentado nos últimos cinco anos no Brasil.

Ainda nesse referido ano foi publicada a pesquisa “Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra as mulheres”. Nesta 16% da amostra admitiram espontaneamente já terem cometido algum tipo de violência contra a atual ou ex-companheira, após terem sido expostos à uma lista de atitudes consideradas como violentas esse número sobe para 56% (AVON; DATA POPULAR, 2013).

De acordo com a nota técnica “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde” divulgada pelo IPEA estima-se que no Brasil por ano ocorram em torno de 527 mil tentativas ou casos de estupro consumados, sendo que destes apenas 10% são denunciados. A subnotificação dos casos é extremamente elevada e diversos são os fatores que contribuem para isso, dentre eles estão a culpabilização da vítima, as respostas negativas das autoridades e a descrença na mulher ao relatar o caso (CERQUEIRA; COELHO, 2014).

Em 2011 foram registrados no Sinan um total de 12.087 casos de estupros no Brasil, desse total 88,5% das vítimas são do sexo feminino, e um dado ainda mais alarmante é que mais da metade tinha menos de 13 anos de idade. Independentemente da idade dessas mulheres, a grande maioria dos autores de violência é do sexo masculino, correspondendo ao total de 11.366 dos casos (CERQUEIRA; COELHO, 2014). Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado em 2016 no ano de 2015 foram registrados 45.460 casos de estupro, onde 89% das vítimas são do sexo feminino. Em relação ao ano de 2014 o estudo mostra que houve uma redução de 10% dos casos (BRASIL, 2016).

Entre os anos de 1980 e 2013 cerca de 106.093 mulheres foram vítimas de homicídio. A taxa de homicídio em 1980 era de 2,3 mulheres a cada 100 mil, já em 2013 houve um aumento do número dessa taxa passando a ser 4,8 vítimas a cada 100 mil, isso aponta que por dia treze mulheres foram assassinadas. De acordo com a OMS o Brasil ocupa a 5ª posição entre 83 países de maiores taxas de feminicídio (WAISELFISZ, 2015).

Segundo Garcia (2013) o feminicídio é geralmente cometido por homens, principalmente por parceiros ou ex-parceiros. Ela aponta que cerca de 40% dos homicídios de mulheres no mundo foram cometidos por um parceiro íntimo. No Brasil entre os anos de 2001 e 2011, há a estimativa de que ocorreram mais de 50.000

feminicídios, ou seja, 5.000 mulheres foram mortas por ano. Calcula-se que grande parte desses crimes se originaram da violência familiar e doméstica, já que um terço destes assassinatos aconteceram dentro do ambiente domiciliar.

Em 2014 cerca de 147.691 mulheres procuraram atendimento no SUS por sofrerem de violência doméstica, sexual e outros, estes dados foram obtidos por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. Das mulheres da faixa etária entre 18 e 59 anos de idade que procuraram atendimento nesse ano, revelou-se que seus principais agressores são os parceiros ou ex-parceiros (WAISELFISZ, 2015).

A pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” realizada em 2015 com universitários de cursos de graduação e pós-graduação de todo o país apontou que o ambiente universitário também é um local onde as mulheres sofrem violência. Ao se perguntar se já sofreram violência de um homem na universidade ou em festas acadêmicas 10% da amostra de mulheres espontaneamente admitiram que sim, esse número sobe para 67% quando expostas à uma lista de violências (AVON, 2015).

Um dado alarmante dessa pesquisa é que muitos dos estudantes homens ainda não reconhecem os diversos tipos de violência, afirmando que não consideram como violência: abusar da garota se ela estiver alcoolizada (27%); coagir uma mulher a participar de atividades degradantes como desfiles e leilões (35%); repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização delas (31%). Justificando essas atitudes como consequências do comportamento da mulher ou como uma brincadeira sem intenção de ofender ou intimidar (AVON, 2015).

Segundos dados divulgados pela SPM sobre a procura da Central de Atendimento à Mulher-Ligue 180, no 1º semestre de 2016 houveram 555.634 atendimentos, destes mais 67 mil foram relatos de violência que incluem: violência física(51,06%), violência psicológica(31,10%), violência moral(6,51%), cárcere privado(4,86%), violência sexual(4,30%), violência patrimonial(1,93%) e tráfico de pessoas(0,24%). Sobre a frequência que a violência ocorre, em 39,34% dos casos a violência ocorre diariamente e, em 32,76% é semanal. Mais de 86% dos casos relatados se referiam à situações de violência doméstica e familiar, conforme a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Em sua maioria, os autores desses crimes são homens, sendo responsáveis por 67,63% dos casos, estes autores têm ou tiveram algum vínculo afetivo com as vítimas, são atuais ou ex-companheiros, cônjuges,

namorados ou amantes (BRASÍLIA, 2016).

A pesquisa “Violência doméstica e familiar contra a mulher” divulgada em junho de 2017 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado aponta que 29% das mulheres entrevistadas declararam ter sido vítimas de algum tipo de violência provocada por um homem. Se comparada à edição da pesquisa divulgada em 2015 houve um aumento de 11% no índice de mulheres vítimas de violência (BRASIL, 2017).

Através das pesquisas apontadas acima conclui-se que os homens são os principais responsáveis pela violência contra a mulher e pelo feminicídio. Levando em conta a subnotificação dos casos, supõe-se que a realidade sobre a violência no Brasil é bem mais grave do que se têm conhecimento.

Para compreender as duas seções expostas até aqui e conseguir relacioná-las, na próxima seção será apresentada a Gestalt-Terapia, seus fundamentos e seus principais conceitos. A abordagem gestáltica proporciona uma visão relacional e holística dos fenômenos humanos, a qual pode contribuir para compreender fenômenos tão complexos de nossa sociedade.

## 4 GESTALT- TERAPIA

Segundo Juliano (2004) a origem da Gestalt-terapia (GT) levanta dúvidas uma vez que alguns defendem que sua fundação é mérito exclusivo de Fritz Perls, enquanto outros atribuem a origem ao *grupo dos sete*, composta por: Fritz, Laura Perls, Paul Goodman, Isadore From, Paul Weisz, Elliot Shapiro e Sylvester Eastman. Autores como Ginger e Ginger (1995) atribuem a fundação da Gestalt-terapia inteiramente à Fritz e suas “intuições geniais e crises pessoais” (p.44), entretanto não descartam a importância de Laura Perls e Paul Goodman, uma vez que estes contribuíram na articulação e formalização da referida abordagem.

De acordo com Juliano (2004) o lançamento do livro “*Gestalt-Therapy: Excitement and Growth in the Human Personality*” em 1951 pode ser considerado como o marco de nascimento da GT, foi nessa obra escrita por Perls, Goodman e Hefferline que o termo “Gestalt-terapia” foi utilizado pela primeira vez. Esse material propôs uma nova teoria e algumas mudanças teórico-clínicas das psicoterapias vigente na época.

Nesta obra Perls traz que uma das questões centrais da terapia é ajudar o paciente a tornar-se vivo para a experiência imediata do presente, ou seja, estar atento à imediatez e simplicidade do agora, abandonando a ideia de que os pacientes deveriam fazer interpretações de sua história passada. Deste modo o *por que* dá lugar ao *o que* e ao *como*. Além de propor uma mudança de perspectiva no tratamento terapêutico: o importante é a vivência mais do que as explicações. Abandona-se a lógica causal dos eventos para ater-se aos dramas dos efeitos. Perls inova ao tornar possível que o paciente reveja seu padrão de existência a partir do ponto de vista do agora, o que permite entender que a construção de vida que o paciente faz como uma escolha e não obra do destino (JULIANO, 2004).

A GT é uma abordagem que teve início em meados do século 20 e que tem como embasamentos filosóficos e teóricos: a teoria humanista existencial; a fenomenologia; a teoria do Campo; a teoria Organísmica Holística; e a Psicologia da Gestalt (RIBEIRO, 2007).

Segundo Perls (1969) a GT é uma abordagem existencial, que não se ocupa somente em lidar somente com os sintomas ou a estrutura de caráter, mas sim com a existência da pessoa enquanto um todo. Para o autor, entende-se a *Gestalt* como todos, inteiros. Por ser um todo, sua divisão em partes faz com que deixe de ser uma Gestalt. Para Ginger e Ginger (1995) a Gestalt-terapia é uma filosofia existencial, uma



maneira única de compreender as relações do indivíduo com o mundo. A *Gestalt* ou *Gestalten* é uma palavra de origem alemã que significa “dar forma, dar uma estrutura significativa (p,13)”. Para além disso poderia se falar em *Gestaltung*, “uma palavra que indica uma ação prevista, em curso ou acabada, que implica um processo de dar forma, uma “formação”” (p,13).

A GT toma a ideia humanista para seu arcabouço teórico a qual diz que o homem é um ser de potencialidades que estão sempre se atualizando. Além de tal pressuposto, embasa-se ainda na visão existencialista na qual não se pode pensar no sujeito de forma definitiva, ou seja, dizer que ele *é*, mas sim que em determinado momento ele *está sendo* e que em outros momentos ele pode vir a ser algo diferente (AGUIAR, 2014).

A utilização da Fenomenologia como arcabouço teórico na GT permitiu abandonar o *porque*, o que implica em abandonar da ideia de causalidade linear e em acatar o *como*, o que permite ver o mundo como um processo contínuo em andamento. O *como* possibilita olhar a estrutura e perceber o agora, deste modo pode-se ter um entendimento mais profundo do processo (FRITZ, 1969).

Para Ginger e Ginger (1995) estar atento ao “como” das coisas e comportamentos permite observar e descrever as coisas tal qual elas são sem preconceitos, no lugar de tentar entender ou interpretar, faz isso por meio do método fenomenológico. Se atentar ao “como” possibilita ultrapassar as explicações objetivas e chegar a soluções novas para mobilizar mudanças. Acrescenta Jorge Ribeiro (2007) que trabalhar com o método fenomenológico implica dizer que observa-se a realidade com atenção e a descreve de forma fiel, evitando interpretações, pois o que importa é o sentido das coisas trazido pelo sujeito. Trabalha com a experiência imediata do sujeito, levando em consideração que toda consciência é consciência de algo.

A partir da Teoria de Campo passou-se a compreender o homem em uma constante relação com o ambiente, Fritz (1969) aponta que não se pode pensar no indivíduo como independente do ambiente, uma vez que depende dele para a troca de materiais essenciais, como comida, água, relações sociais, etc., assim é necessário considerar a parte do mundo em que se vive como parte do homem.

Segundo Aguiar (2014) o homem é essencialmente relacional pois seu processo de constituição se dá a todo momento através das relações que estabelece com o meio. Devido esse caráter relacional que acompanha o sujeito por toda vida entende-se que a possibilidade de transformação é inerente a existência do sujeito. A

autora acrescenta:

O ser humano cresce e desenvolve-se ao longo do tempo na e a partir da relação: nós existimos a partir da relação, e não há outra forma de nos constituirmos, a não ser na relação. É na interação ininterrupta com o mundo, desde o momento do nascimento até fim de sua vida, que o ser humano diferencia-se, transforma-se e desenvolve-se como uma pessoa com características próprias (AGUIAR, 2014, p.43).

Segundo Perls (1969) o homem além de estar em constante relação com o meio, ele funciona como um todo e essa visão de totalidade do homem implica dizer que não somos a soma das partes, mas sim a coordenação destas. É nessa visão que entra a contribuição da Teoria Organísmica Holística. Segundo Ginger e Ginger (1995) das filosofias Orientais Perls tomou emprestada a concepção holística de homem:

A visão holística da Gestalt se insere, é evidente, nessa percepção do mundo – poderíamos qualificar taoísta – em que nunca interessa ao terapeuta um sinal isolado, um gesto ou uma palavra, até um comportamento complexo mais elaborado, mas antes a interconexão permanente do indivíduo global com seu meio geral, social e cósmico, o todo num fluxo incessante que só podemos apreender por uma vigilância constante, no aqui e agora, com seu cortejo ininterrupto de *gestalts* que se formam, se realizam e se dissolvem num processo em perpetua permanência (GINGER E GINGER, 1995, p.84).

Para Aguiar (2014) compreender o homem a partir dessa visão, implica em entendê-lo enquanto uma totalidade que faz parte da totalidade do universo, este último se organiza a partir de infinitas totalidades as quais contém outras totalidades menores e assim por diante. Nesta visão não há dualismo, o indivíduo é uma unidade, um ser global. Assim não se pode pensar em fatores emocionais, cognitivos, orgânicos, comportamentais, sociais, históricos, culturais, geográficos e espirituais enquanto processos desvinculados, pelo contrário, a relação entre estes é inevitável, tudo faz parte da totalidade que é o homem. Esses fatores são interdependentes, onde um afeta o outro que, conseqüentemente, afeta a totalidade do indivíduo, “numa infundável articulação e influência recíproca entre os mais diversos elementos” (p.42) e devido a essa concepção não tem significados isolados.

Da Psicologia da Gestalt toma-se emprestado as concepções de figura e fundo. Conforme Aguiar (2014) toda relação do homem se dá em um contexto, na qual surge em alguns momentos a figura, que é aquilo que emerge em primeiro plano na nossa percepção. O que resta no segundo plano é conhecido como fundo, este apresenta-se como uma realidade contínua que envolve a figura e lhe dá limites. É do fundo ao qual está ligada que a figura recebe uma compreensão, há sempre uma relação figura

e fundo, fluída e dinâmica na qual uma não existe sem outro. Isto quer dizer que um fenômeno que emerge como figura em um determinado momento pode se tornar fundo dando espaço para que outro fenômeno se torne figura. Para Fritz (1969) a *Gestalt* é formada de tal forma que apenas uma figura pode estar em primeiro plano, isso se dá de tal forma que a situação mais urgente é aquela que se torna figura. É a partir dessa relação que surge o significado dos fenômenos, entendendo-os como tudo aquilo que se revela a consciência.

Os embasamentos filosóficos e teóricos apresentados acima de forma sucinta são necessários para compreender os conceitos da GT, os quais serão apresentados seguindo a seguinte estrutura: contato, funções de contato, fronteiras de contato, autorregulação orgânica, self, *awareness*, ajustamento criativo e mecanismos de defesa.

O contato se dá na fronteira. Ribeiro (2007, p.14) conceitua o contato como “um processo relacional de expressão da consciência, no mundo”. Ele aponta que por sermos seres de relação o contato sempre implica em uma relação eu-mundo e é por meio do contato com o outro que o sujeito percebe que existe. Acrescenta que o contato é uma maneira de ser e se expressar, mais do que isso “é uma elaboração fruto da relação dinâmica existente na relação pessoa-mundo, em dado espaço vital” (p.39). Ao se pensar esse conceito o corpo apresenta um papel relevante, uma vez que entende-se o corpo como uma totalidade que constitui o espaço vital, se apresenta como o campo onde tudo começa e termina, logo o corpo é sujeito e objeto do contato.

Para Ribeiro (2007) o contato é o instrumento básico que cria o sentido e o significado das coisas, uma vez que numa relação figura-fundo todo contato tende a produzir sentido. Na GT o contato é um dos principais conceitos, uma vez que essa abordagem está centrada na natureza das relações de contato que a pessoa faz consigo mesma e com o meio. É por meio do contato que o encontro acontece, é também base para qualquer ação do sujeito e ação psicoterapêutica. Assim Ribeiro (2007) ressalta:

O modo como uma pessoa faz contato consigo e com o mundo expressa igualmente o grau de individuação, maturidade e auto-entrega que vive, em dado momento, porque o contato é a expressão experienciada e visível da realidade interna de si mesmo. Tudo na natureza é contato e sem ele tudo perde sentido, agoniza e morre (RIBEIRO, 2007, p. 29).

Polster e Polster (2001) apresentam o contato como uma função necessária

ao decorrer da vida que se transforma ao longo do desenvolvimento do ser humano. Ressaltam que o contato é “um componente essencial da humanidade de uma pessoa”. (p.140). Cardella (2002) acrescenta que o contato é um dos processos fundamentais tanto para a formação de gestalt e da *awareness*, como para o processo de autorregulação organísmica e de ajustamento criativo.

Conforme Aguiar (2014) o contato ocorre por meio das funções de contato, que são entendidas como os canais que permitem o homem experienciar o contato com mundo. Por meio destes se fazem trocas com o mundo, recebe-se do mundo e dirige-se ao mundo, o desenvolvimento pleno das funções de contato favorece a realização de ajustamentos criativos. Polster e Polster (2001) apontam a existência de sete funções do contato: visão; audição; paladar; olfato; tato; falar; movimento.

Segundo Perls (1975) o contato com o mundo se dá a partir da consciência sensorial, assim todo contato sensorial acontece no aqui e agora, deste modo a GT é orientada para o tempo presente. Para Perls (1969) não existe nada a não ser o aqui e agora. O agora é o presente, é o fenômeno, é o que se percebe, é também o momento no qual se lembra ou se antecipa algo. Acrescenta que no agora carregamos muito do nosso passado. “Agora engloba tudo que existe. Agora inclui o equilíbrio de estar aqui, é o experienciar, o envolvimento, o fenômeno, a consciência” (p.69).

Para Perls (1969) pode-se entender a fronteira de contato como aquilo que possibilita a diferenciação entre os sujeitos. De forma simples define como aquilo que está dentro da pele e aquilo que está fora. Acrescenta que é um fenômeno natural e fluído. Ginger e Ginger (1995) acrescentam que a fronteira de contato tem papel de limite entre o eu mesmo e o mundo. Usam a pele como uma maneira de exemplificar seu funcionamento, ao mesmo tempo que ela delimita o corpo e protege formando uma fronteira concreta, ela possibilita a troca com o meio, sendo assim um órgão de contato.

Segundo Cardella (2002) a experiência se dá por meio da fronteira de contato. Complementa que é no limite desta que ocorrem os eventos psicológicos, sendo estes as maneira do sujeito vivenciar as suas experiências. Assim é nesta que o sujeito experiencia a relação “eu” e “não eu”, são essas fronteiras que constituem o *Ego*, pois ele só existe e funciona quando se encontra com o estranho. Na fronteira de contato ocorrem as obstruções, os impedimentos e problemas na relação do eu com o outro, os quais impedem o processo de crescimento do sujeito.

É a partir da relação organismo-meio que ocorre a autorregulação

organísmica, a qual é entendida como um processo onde o organismo satisfaz as suas necessidades em busca da homeostase. A satisfação de uma necessidade gera equilíbrio e o surgimento de outro desequilíbrio, assim ao longo da vida tem-se um jogo de equilíbrio-desequilíbrio, pois sempre irão surgir novas necessidades, devendo assim o sujeito ser capaz de discriminar dentre essas tantas a necessidade dominante (figura), já que apenas uma necessidade pode ser satisfeita por vez e mobilizar suas energias para satisfazê-la. As demais se tornam fundo<sup>3</sup>, até que possam ser atendidas (CARDELLA, 2002).

A dinâmica apresentada acima pode ser entendida como o processo de formação de *gestalt*, entende-se que a *gestalt* está completa quando uma necessidade se satisfaz, entretanto quando o contrário acontece a *gestalt* inacabada, a qual retorna ao fundo, fica pressionando por um fechamento, interferindo assim na capacidade de responder a novas situações e interferindo no processo de *awareness* (CARDELLA, 2002).

O processo de formação de *gestalt* e *awareness* fazem parte do funcionamento do *self*, Ginger e Ginger (1995, p.126) conceituam o *self* como “um processo especificamente pessoal e característico de sua maneira própria de reagir, num dado momento e num dado campo [...] não é o seu “ser”, mas seu “ser no mundo” – variável conforme as situações”. Esse conceito apresenta 3 modos de funcionamento: “id”, “eu” e “personalidade”. A função “id” refere-se “Às pulsões internas, às necessidades vitais e, especialmente, sua tradução corporal” (p.127), informa o que está acontecendo no corpo, como, por exemplo, sentir fome ou sede e funcionando nos atos automáticos como respirar. Já a função “eu” entende-se como “uma função ativa, de escolha ou rejeição deliberada” (p.127). Sendo sua responsabilidade limitar ou aumentar o contato e manipular o meio a partir da *awareness*. Por fim na função “personalidade” tem-se a “representação que o sujeito faz de si mesmo, sua *auto-imagem*”, é isso que permite que ele se reconheça como responsável pelos seus atos e sentimentos. Nesta função estão integradas e assimiladas as experiências já vividas as quais geram o sentimento de identidade.

Segundo os autores acima um dos principais conceitos a ser entendido na GT é *awareness*, termo que não possui correspondente em português, mas cuja tradução se aproxima de “presentificação”, “conscientização”, “tornar-se presente” ou

---

<sup>3</sup> Fundo: Aguiar (2014) o fundo é aquilo que está no segundo plano, é a realidade contínua que envolve a figura e lhe dá limites.

“concentração.”

Yontef (1998) define a *awareness* como uma forma de experiência na qual se está em contato com a própria existência, com aquilo que se é. Para o autor (p.31) há uma *awareness* total quando se está em “contato vigilante com os eventos mais importantes do campo indivíduo/meio, com total apoio sensoriomotor, emocional, cognitivo e energético”. Assim o contato com *awareness* implica a criação de totalidades novas, significa a integração de um problema. O conceito de *awareness* leva em consideração a visão de totalidade do homem, assim é cognitiva, sensorial e afetiva, acontecendo sempre no aqui-e-agora.

Segundo Yontef (1998) a *awareness* é energizada pela necessidade dominante do momento, ou seja, pela figura, isso implica em um autoconhecimento do sujeito para priorizar suas necessidades e reconhecer como está seu *self*, além de conhecimento da situação atual. Cardella (2002) acrescenta que a *awareness* é necessária para o processo de autorregulação orgânica, uma vez que permite que o sujeito discrimine e assim possa assimilar aquilo que lhe é nutritivo e rejeitar o que não é. Além disso permite que o mesmo reconheça e responda à necessidade predominante no momento presente, podendo assim fechar uma Gestalt, o que permite que novas necessidades sejam satisfeitas.

A *awareness* implica não somente em dar-se conta da situação em que está, mas reconhecer que se tem consciência das opções de escolha, o que implica em responsabilidade sobre seus comportamentos e sentimentos. Importante entender esse conceito pois como afirma Yontef (1998, p.15) o objetivo da Gestalt-terapia é “tornar os clientes mais conscientes (*aware*) do que estão fazendo, como estão fazendo, como podem transforma-se e, ao mesmo tempo, aprender a aceitar-se e valorizar-se”.

No processo de crescimento e transformação do ser humano, além da *awareness* outro elemento se mostra necessário, o ajustamento criativo. Segundo Perls, Hefferline e Goodman (1997) todo contato é ajustamento criativo. Todo contato requer o novo, entretanto não se pode aceitar esse novo de forma passiva ou simplesmente se ajustar a ele, assim ocorre um processo que envolve agressão<sup>4</sup> e

---

<sup>4</sup> Agressão: uma força necessária para destruir a resistência do desconhecido e torná-lo passível de assimilação. Funciona de modo a desestruturar o desconhecido para que se torne assimilável. É assim essencial para o crescimento e sobrevivência. (Fritz, 1969)

destruição<sup>5</sup>, alterando e mudando aquilo que é dessemelhante para torná-lo semelhante, dado que o novo precisa ser assimilado tornando-se nutritivo ao sujeito e isso se dá por meio do ajustamento criativo. Assim, não é possível pensar o ajustamento sem ser criativo, como algo conservativo e estático, dado que o contato requer que haja uma transformação criativa. Sobre essa relação Cardella (2002) comenta:

O simples ajustamento isento de criatividade levaria também a uma simples acomodação aos padrões e exigências do meio, assim como a criatividade destituída de ajustamento poderia levar o indivíduo a um anarquismo desprovido de funcionalidade. (CARDELLA, 2002, p.53)

Em suma, segundo D'acri, Lima e Ogler (2007, p.21) entende-se como ajustamento criativo o “processo pelo qual a pessoa mantém sua sobrevivência e seu crescimento, operando seu meio sem cessar, ativa e responsavelmente, provendo seu próprio desenvolvimento e suas necessidades físicas e psicossociais”

Yontef (1998) acrescenta que o funcionamento saudável implica na realização de ajustamentos criativos, os quais resultam em responsabilidade por parte do sujeito pelo equilíbrio entre o *self* e o meio. Para Perls, Hefferline e Goodman (1997) é possível pensar o ajustamento criativo enquanto a transição entre a novidade e a rotina, a qual resulta em ajustamento e crescimento. Os autores apontam que é função essencial do self, onde acontecem as funções criativas de autorregulação, acolhimento da novidade, destruição e reintegração das experiências, entendendo o self enquanto um contatar criativo.

Segundo Ginger e Ginger (1995) sabe-se que surgem perturbações na fronteira de contato e que nem sempre é possível que as *gestalts* se fechem, o que não permite que o self funcione tal como o esperado. Esses impedimentos são denominados de mecanismos de defesa ou resistências e podem ser saudáveis ou patológicos, a depender da intensidade e do momento que acontecem. Cardella (2002, p.56) acrescenta que as resistências se apresentam como “a incapacidade do indivíduo de encontrar e manter um equilíbrio entre ele e o restante do mundo”

Ginger e Ginger (1995) ressaltam que o objetivo da gestalt-terapia não é fazer com o que o cliente supere essas resistências, mas sim possibilitar que estas tornem-se mais adaptadas ao momento e que o cliente torne-se mais consciente sobre elas.

---

<sup>5</sup> Destruição: “significa desestruturar, quebrar em pedaços” (FRITZ, 1969, p.56)

Apontam a existências de sete resistências: confluência, introjeção, projeção, retroflexão, deflexão, proflexão e egotismo. Abaixo serão descritas essas resistências, focando no seu lado patológico.

A confluência segundo Cardella (2002) é quando não é possível para o sujeito se distinguir do meio e quando o mesmo apresenta dificuldades em discriminar a própria singularidade, não sendo possível perceber as diferenças entre si-mesmo e outro. Ribeiro (2007, p.62) exprime essa resistência na seguinte frase “nós existimos, eu não.”. Há entre o sujeito e outro uma ligação muito forte, fazendo com que se submeta aos valores e atitudes daqueles com os quais tem uma relação de dependência.

Cardella (2002, p.59) define a introjeção como “a incorporação não digerida de modo de agir, atitudes, modos de sentir e avaliar, provenientes do meio externo, não integrados à personalidade”. Isto quer dizer que os elementos não passam por uma discriminação antes de serem assimilados, ocorrendo uma invasão do meio sobre o indivíduo, assim não é possível para o sujeito desenvolver sua personalidade, visto que encontra-se submerso pelos elementos estranhos que incorporou, tendo dificuldade inclusive em se perceber e expressar. Para Ginger e Ginger (1995) na introjeção patológica não há o processo de destruição e desestruturação do elemento novo, toma-se por inteiro ideias, hábitos e princípios sem transformá-los antes da assimilação, tornando-se no sujeito corpos estranhos.

Segundo Ribeiro (2007) na projeção o sujeito tem dificuldade em reconhecer aquilo que é seu, atribuindo aos outros aquilo que não gosta em si mesmo e as responsabilidades pelos seus atos e fracassos. Conforme Ginger e Ginger (1995) atribui-se ao meio aquilo que acontece no interior do sujeito, ou seja, aquilo que é do *self* invade o mundo exterior.

Cardella (2002) afirma que na retroflexão o sujeito volta pra si aquilo que gostaria de ter feito pelo outro, assim é agente e paciente da mesma ação. Para Ginger e Ginger (1995) esse mecanismo de defesa consiste em voltar contra si mesmo a energia mobilizada, deste modo o indivíduo faz consigo o que gostaria de fazer aos outros, por exemplo, a automutilação no lugar de agredir ao outro, ou faz consigo mesmo aquilo que gostaria que o outro fizesse com ele, por exemplo, a masturbação.

Entende-se como deflexão o processo de fuga e de evitação do contato direto, em que há o desvio de energia de seu objeto primitivo, o que impede qualquer contato verdadeiro (GINGER e GINGER, 1995). Segundo Cardella (2002) o sujeito desvia



energia para evitar envolvimento, intimidade e plenitude do contato, ele age de forma alheia às situações e utiliza de manobras como discursos prolixos e esquiva de contato visual e físico para evitar envolvimento, tendo inclusive dificuldade em focar e se concentrar na própria experiência.

Na proflexão o sujeito age de maneira servil, realizando as necessidades e desejos dos outros, como meio de manipulação para conseguir que façam aquilo que o sujeito quer. Em suma, ele faz com o outro aquilo que ele quer que o outro lhe faça. Este sujeito sempre espera um retorno do outro e age de maneira ressentida e se diz injustiçado quando não consegue o que quer (CARDELLA, 2002).

O último mecanismo de defesa é egotismo, no qual o indivíduo manifesta um grande interesse por si mesmo. Segundo Ribeiro (2007) o indivíduo se coloca sempre como centro das coisas, exerce um controle rígido e excessivo do mundo exterior no intuito de evitar fracassos e surpresas, além de impor suas vontades e desejos.

## 5 METODOLOGIA

Nesta seção buscaremos caracterizar o percurso metodológico deste trabalho científico. Para tanto, escolheu-se a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica e alguns conceitos gestálticos para compreender o fenômeno pesquisado. Segundo González Rey (2005) utilizar a perspectiva metodológica da Gestalt implica ver o tema central de pesquisa como a figura e tudo aquilo a que pode estar relacionado como fundo. Essa perspectiva dá grande importância ao meio, local onde ocorre a relação figura e fundo, isto implica em dizer que “o problema a pesquisar é inseparável dos processos que surgem no contexto da pesquisa” (p.19).

Segundo González Rey (2005) o conhecimento não é a soma de fatos constatados de forma imediata no momento empírico, o que coincide com a ideia de Fritz (1969) de que o todo é mais do que a soma das partes, mas sim a coordenação destas. Assim González Rey (2005) afirma que o conhecimento é, então, uma produção construtiva-interpretativa. Todavia, por meio da GT podemos reformular e dizer que é uma produção construtiva-compreensiva, uma vez que a abordagem trabalha com a compreensão e não com a interpretação.

Conforme o autor referido acima a pesquisa qualitativa é epistemológica e teórica, a qual volta-se para a construção de conhecimento de um objeto complexo, a subjetividade. Deste modo, a escolha da pesquisa qualitativa em Psicologia se justifica “pela busca e explicação de processos que não são acessíveis a experiência, os quais existem em inter-relações complexas e dinâmicas que, para serem compreendidas, exigem o seu estudo integral e não sua fragmentação em variáveis” (p.50).

Segundo Holanda (2006, p.364) o método qualitativo de pesquisa é voltado para os “fenômenos humanos”, esse método se define “epistemologicamente, apoiado no processo de construção do conhecimento”. A investigação qualitativa compreende 2 elementos: 1- a inclusão da subjetividade no ato de investigar, tanto do pesquisador quanto do pesquisado; 2- visão abrangente do fenômeno, que reconhece os âmbitos sociais, culturais e econômicos. Tomar-se-á da fenomenologia o método fenomenológico, lembrando que apesar de serem abordagens diferentes, uma das bases da GT é a fenomenologia, a qual comparece no fazer gestáltico e neste trabalho como uma forma de compreensão do conteúdo pesquisado.

Para Lakatos e Marcone (2007b) a pesquisa bibliográfica é um levantamento

de todo material já produzido sobre um tema escolhido. A pesquisa bibliográfica e de campo tem como premissa o levantamento de estudo sobre a questão que se propõe analisar e solucionar. Deste modo “a pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como primeiro passo de toda a pesquisa científica” (p.44). A finalidade de usar esse tipo de pesquisa é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com o que já foi produzido sobre seu tema de pesquisa, além de permitir a resolução de um problema, ou seja, “propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS, MARCONE, 2007a, p.71).

Neste trabalho foram utilizados artigos científicos os quais foram buscados nas bases de dado: Scielo e Pepsic. Os termos utilizados para a busca foram: “masculinidade”, “masculinidade e violência”, “violência contra a mulher”, “Gestalt-terapia”, “gestalt-terapia e violência” e “gestalt-terapia e masculinidade”, bem como foram utilizados artigos publicados em revistas, livros, dicionários, teses, dissertações e leis. Não foi feita delimitação do período de publicação do material utilizado.

Segundo Lakatos e Marcone (2007b) a pesquisa bibliográfica é dividida em oito etapas: escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação e redação. Estas têm o intuito de facilitar a realização da pesquisa, uma vez que auxiliam na organização, no levantamento de dados, na realização da crítica sobre o material encontrado e no processo de escrita da pesquisa. Na realização deste trabalho foram seguidas as seguintes fases: escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, compilação, análise e interpretação e redação. Vale ressaltar que não foi seguida a etapa de localização de fichas bibliográficas, uma vez que grande parte do material utilizado foi encontrado online. A etapa de fichamento foi seguida em parte, uma vez que nem todo material utilizado foi fichado. Ressalta-se que as duas últimas etapas ocorreram de forma concomitantemente.

Durante a leitura do material escolhido para fundamentação e produção escrita foi utilizado o método fenomenológico como meio de compreensão. Segundo Moreira (2002) a redução fenomenológica ou *epoché*, que significa suspensão dos julgamentos, é o método de investigação da Fenomenologia desenvolvida por Husserl. Nesta faz-se a suspensão de qualquer crença ou opinião sobre o fenômeno. Isto permite examinar os fenômenos tais quais eles são, puramente dados. Assim é possível “ater-se ao dado enquanto tal [...] e descrevê-lo em sua pureza” (p.88), no

caso desta pesquisa o método é utilizado na literatura existente sobre os fenômenos da masculinidade e violência contra a mulher.

Esse método permite, como afirma Forghieri (2002, p.59), “chegar à essência do conhecimento [...] captar o sentido ou significado da vivência”, entretanto para chegar a essa essência o pesquisador deve utilizar a redução fenomenológica, suspender seus pré-conceitos sobre aquilo que está investigando. Esta consiste em dois momentos inter-relacionados: envolvimento existencial, onde coloca para fora de ação os conhecimentos já obtidos sobre o fenômeno que se quer investigar de modo que entre em contato e se envolva com ele de forma espontânea e experiencial; distanciamento reflexivo, neste se estabelece um certo distanciamento do fenômeno para refletir e tentar captar seu sentido ou significado.

Para Holanda (2006) o método fenomenológico na pesquisa qualitativa é “um modelo compreensivo que apresenta significativa relação com o fenômeno psicológico” (p.363). Assim descreve o método fenomenológico proposto por Creswell como sendo a “*“descrição das experiências vividas”* de vários sujeitos sobre um conceito ou fenômeno, com vistas a buscar a estrutura “essencial” ou os elementos “invariantes” do fenômeno, ou seja, seu “significado central”” (p.370).

Segundo Holanda (2006) utilizar o método fenomenológico implica um retorno às experiências com intuito de obter descrições compreensivas, as quais serão base de uma análise estrutural reflexiva para chegar à essência da experiência, ou seja, chegar de modo compreensivo à essência das coisas. É uma abordagem descritiva que parte da ideia de que o fenômeno basta em si mesmo como modo de alcançar o sentido da experiência. Assim na pesquisa isso implica entrar em contato com o que a experiência significa para as pessoas que entraram em contato primeiro com o material e forneceram uma descrição compreensiva. Trazendo para a pesquisa é entrar em contato com materiais produzidos sobre masculinidade, gênero, violência contra mulher e a partir das experiências dos autores dessas obras chegar a uma compreensão desses fenômenos.

Diante a leitura do material utilizado e da produção escrita surgiram dificuldades no que tange o uso do método fenomenológico, especialmente a dificuldade em realizar o exercício da *epoché*. Suspender os conhecimentos prévios e os juízos de valores não é algo fácil, principalmente quando o tema tende a comover o pesquisador, como foi nesse caso. Assim foi necessário parar diversas vezes para fazer a suspensão das questões que perpassavam a pesquisadora e assim voltar-se

para o objeto de estudo. Apesar de difícil, foi possível realizar a redução fenomenológica e compreender a temática considerando a especificidade do método fenomenológico.

Portanto, a partir da discussão metodológica aqui exposta, podemos considerar que a utilização das etapas propostas por Lakatos e Marcone (2007b) acompanhadas das contribuições de Forghieri (2002) e Holanda (2006) permitem se aproximar da pesquisa qualitativa em Psicologia proposta por González Rey (2005). Levando em consideração a subjetividade do pesquisador e pesquisado, tem-se como resultado a elaboração de novos conhecimentos.

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Compreender as interfaces entre masculinidade e violência contra a mulher é levar em consideração que ambos são fenômenos distintos e complexos, mas que de alguma forma se inter-relacionam. Assim torna-se necessário um cuidado ao relacioná-los de modo a evitar fornecer uma explicação causal e reducionista do fenômeno ou problematizar a masculinidade como um fenômeno com apenas características negativas e como a origem de toda a violência contra as mulheres. Pelo contrário, não é possível apontar uma única causa e muitos menos negar as características positivas e nem os fatores negativos que afetam aos próprios homens, entretanto, sem esquecer de levar isso em consideração, ressaltou-se na fundamentação teórica os elementos que permitem uma aproximação entre masculinidade e violência contra a mulher.

Quando se estuda as interfaces que surgem entre esses dois fenômenos percebe-se o quão amplo é essa temática, o que demanda que outros assuntos também sejam abordados como, por exemplo, patriarcado e gênero. Ademais, a Gestalt-terapia, como referencial teórico, fornece uma base para a compreensão e análise desse assunto, considerando a importância das relações ao abordar esses fenômenos.

Primeiramente, para entender essa relação, faz-se necessário apontar como o patriarcado enquanto um sistema social e ideológico possibilita que a masculinidade esteja revestida de elementos da violência, não só contra a mulher, mas contra si mesmo e a outros homens. Hartman (1979), Pateman (1993), Badinter (1993) e Saffioti (2004) entendem o patriarcado como um sistema social de dominação dos homens sobre as mulheres, baseado em relações hierárquicas. Como fruto desse sistema, Silva (1992) acrescenta que surge uma cultura do machismo em que a mulher é objeto de desejo e propriedade do homem. A partir disso entende-se que esse sistema de dominação favorece a criação de modelos de masculinidade em que a violência aparece como um desdobramento dessas relações de poder desiguais.

Todo o percurso histórico sobre masculinidade apontado na primeira seção deste trabalho, começando pelo modelo *one-sex-model* e *two-sex-model*, passando por um momento de exaltação da masculinidade no século XIX o qual fortalecia a imagem de homem másculo e viril, chegando as teorias de gêneros na década de 60 influenciada pelas duas guerras mundiais e o movimento feminista, possibilita-nos

perceber as mudanças que ocorreram sobre os modelos de masculinidade ao longo da história da humanidade, entretanto nota-se que algo permaneceu durante todos esses séculos até os tempos atuais, que é a ideia de superioridade do homem sobre a mulher (BADINTER, 1993; JANUÁRIO, 2016; SILVA, 2000).

Os estudos de gênero na década de 60, as teorias da androginia na década de 70 e a teoria *queer* na década de 90, questionaram as formas de masculinidades vigentes, apontando que a masculinidade é construída socialmente, assim possibilitando o surgimento de modelos menos rígidos, com a aceitação de outras formas de sexualidade além da heterossexual (BADINTER, 1993; COLLING, 2007; STELLMANN, 2007). A partir dessas teorias percebeu-se uma mudança de explicações biológicas sobre a masculinidade e seus atributos para explicações sócio-culturais.

Numa sociedade em que a ideologia dominante é aquela onde os homens estão numa posição de superioridade em relação às mulheres, não se admira que surjam masculinidades que reflitam isso. Em Connell e Messerschmidt (2013) e Santos (2007) temos a existência de masculinidades hegemônicas que se aproximam do conceito de patriarcado, uma vez que a hegemonia gera uma relação entre homens e mulheres de dominação e subordinação. A partir disso podemos concluir que o patriarcado possibilita a existência de masculinidades que tem como característica principal a posição de superioridade do homem e poder sobre as mulheres.

Conforme demonstram Connell e Messerschmidt (2013) admite-se a existência de uma masculinidade hegemônica, a qual é normativa e indica modos de ser que devem seguidos, entretanto, a partir de Stellmann (2007) pode se inferir que os homens experenciam esses modelos de masculinidade de maneira individual, mesmo que estes sofram as mesmas influências sócio-culturais. Aqui reitera-se que o modo que o homem vai vivenciar a sua masculinidade se dá de maneira única. Para pensar esse fenômeno dialogando com a GT traz-se a visão humanista e existencialista de homem que nos dá uma perspectiva do homem enquanto ser único, particular e também de potencialidades (AGUIAR, 2014). Deste modo permite pensar que há possibilidades desse homem vivenciar a masculinidade de novas formas (AGUIAR, 2014). Corroborando com esse pensamento podemos trazer o conceito de *self* de Ginger e Ginger (1995), assim o modo como esse sujeito vive e expressa sua masculinidade vai se dá de um modo pessoal, o qual revela seu próprio modo de agir em um certo momento e campo.

A teoria de campo aponta o mundo que o sujeito vive como parte dele, ou seja, é considerar as normas sociais e culturais vigentes em nossa sociedade patriarcal como parte desse homem, as quais ecoam no seu modo de contatar o mundo. Essa relação vai ao encontro da visão holística, tendo-o como uma totalidade que considera os processos biológicos, cognitivos, históricos, emocionais e sócio-culturais (AGUIAR, 2014).

Para Perls (1969) o homem está em constante relação com o meio e é a partir dessas relações que ele pode se autorregular organicamente. Relacionando com o que foi exposto até o momento é no meio que esse homem irá suprir suas necessidades, desde as fisiológicas até as sociais, em busca de sua homeostase. O modo como o homem se autorregula revela seu modo único de ser em um determinado campo.

Para que o homem consiga se autorregular é preciso que ele esteja *aware* de si mesmo, para Yontef (1998) a *awareness* é estar em contato com sua própria existência. É possível pensar que o processo de *awareness* está comprometido, principalmente considerando essa inexpressividade sentimental do homem e em como ele é ensinado a não entrar em contato com seus sentimentos já que é algo tido como feminino. Uma vez que tem dificuldades em entrar em contato com sua própria existência, processos como o contato, a autorregulação e ajustamento criativo se mostram prejudicados. A autorregulação implica na capacidade de se conhecer e conseguir discriminar a necessidade dominante, deste modo podemos inferir que o autor de agressão foi ensinado a não entrar em contato com seus sentimentos e pode apresentar dificuldades em se autorregular no que tange suas necessidades emocionais.

Para Badinter (1993) há no imaginário social que a masculinidade tem como princípio universal a diferença biológica entre os sexos, assim estaria na natureza a justificativa dos atributos da masculinidade, entretanto como mostra a própria Badinter (1993), Levant (1996), Stelman (2007) e Santos (2007), a masculinidade não é algo inerente ao ser, mas é conceito relacional marcada por uma determinada cultura em um período histórico podendo ser pensado em contrapartida à feminilidade. Enquanto algo relacional é fruto das relações sociais, assim as concepções de masculinidade são construídas ao longo da vida e são influenciadas sócio-historicamente. Santos (2013) complementa ao dizer que o homem mesmo antes de nascer já é enquadrado em estereótipos de masculinidade e no decorrer de sua vida ele é moldado por esses



estereótipos. Pensar no constructo da masculinidade enquanto algo relacional remete ao pensamento Gestáltico no que se refere a sua concepção de homem no mundo como ser de relações. Assim Aguiar (2014) aponta a importância das relações que o ser estabelece para a sua constituição, processo que se dá ao longo de toda a sua vida.

Conforme Cardella (2002) é na fronteira que acontece os eventos psicológicos, assim torna-se importante apontar a fronteira de contato no processo de constituição do sujeito, já que é na fronteira que o homem entra em contato, é a partir dela que se distingue o “eu” do “não eu”. Assim, é na fronteira que entra em contato com os modelos de masculinidade e é por meio destes que constrói sua própria personalidade.

Pensando de forma Gestáltica, o processo de constituição do sujeito é importante dialogar com a visão de *self* de Ginger e Ginger (1995), que traz a ideia de ser no mundo. Pensar a masculinidade a partir dos modos de funcionamento do *self* é considerar o “eu” enquanto uma instância deliberativa, o que significa que esse homem diante das relações tem opção de escolha, tornando-se responsável pelo modo que contata com o meio. Já a “personalidade” é a imagem que esse homem tem de si mesmo, nela estão integradas e assimiladas suas experiências ao longo da vida, ou seja, nesse modo estão integrados e assimilados os padrões de masculinidades vigentes na sociedade patriarcal.

Albuquerque Jr. (2010), Lemos (2011) e Torrão (2005) apontam que elementos que remetem à feminilidade são tidos como aversivos pelos homens. Assim o comportamento desse homem não pode remeter de maneira alguma ao feminino, deste modo valoriza-se no homem características como virilidade, agressividade, força, etc, elementos que muitas são relacionados à violência. Como mostra Lemos (2011) é comum afirmar essa aversão por meio da misoginia, gerando assim tensão e conflitos entre os gêneros. A partir disso podemos perceber que no ponto onde o feminino é aversivo ao homem é um possível local onde masculinidade e violência contra a mulher se cruzam. Albuquerque Jr. (2010) e Badinter (1993) apontam que esses modos de masculinidade geram violência não somente contra as mulheres, mas também a homossexuais e ao próprio homem. A partir disso, podemos inferir que os modos de ser impostos pelos padrões tornam-se introjetos na personalidade, ou seja, introjeta-se essa aversão ao feminino, a qual é projetada nas suas relações, o que direcionando a essa pesquisa, é com a mulher em situação de violência.

A expressão de masculinidades cujas características são a aversão ao feminino, o domínio sobre as mulheres, inexpressividade sentimental e a agressividade estão amparadas em ideários presentes no contexto sócio-cultural. Deste modo esse homem que foi ensinado a guardar seus sentimentos e tem dificuldades em expressá-los tende a encontrar na agressividade um dos seus principais meios de expressão, voltada principalmente àquilo que abomina, assim percebe-se um funcionamento fixado diante dos conflitos e em seu processo de contatar com o outro e consigo mesmo. Para Ribeiro (2007) o contato comparece como uma forma de ser e se expressar, de entrar em contato com o outro, é relacional. Assim a forma como se dá o contato expressa o seu modo de ser no mundo. Deste modo é possível entender que o modo de contatar do autor de violência se torna fixo, estático, não havendo espaço para responder de outras maneiras as situações. Aqui está implicado também o processo de ajustamento criativo disfuncional, ou seja, há uma padronização em sua forma de contatar com a mulher.

Além disso podemos pensar que há uma rigidez em sua forma de ser, havendo regras e modos de ser específicos que impõe como o homem ideal deve ser. Analisando por meio da GT é possível entender que a partir do momento em que se impõe modos de ser, o processo de ajustamento criativo saudável é interrompido, ou seja, onde deveria haver espaço para o novo há respostas fixas. O ajustamento criativo como traz Yontef (1998) e Dacri, Lima e Ogler (2007) é um processo fundamental para o desenvolvimento, crescimento e funcionamento saudável do indivíduo, e diante de um conflito possibilitaria respostas novas e mais funcionais; como traz Cardella (2002), o ajustamento sem criatividade gera acomodações aos padrões e exigências do meio. É o que podemos ver quando entendemos a masculinidade enquanto aquilo que o sujeito entra em contato, mas que não passa por um processo de agressão e destruição, sendo apenas engolido, o que reflete em modos de ser do sujeito. É possível inferir que é no momento de contatar que acontece a violência.

Essa rigidez na forma de contatar implica em ajustamento sem criatividade e disfuncional. Entretanto, ao pensar no ajustamento disfuncional é importante apontar que o modo como esse homem relaciona-se com o novo é funcional para ele, uma vez que permite satisfazer suas necessidades como, por exemplo, ser forte e viril, mantendo as relações de poder existentes no patriarcado, contudo é disfuncional em relação ao meio e a mulher.

O conceito de patriarcado trazido por Hartmann (1979), Badinter (1993) e Saffioti (2004) pode ser relacionado como o conceito de gênero de Scott (1989) e Saffioti (1995), assim uma sociedade patriarcal tem como reflexo relações de gêneros desiguais marcadas pela dominação de um sobre o outro, especificamente, do homem sobre a mulher. Essas relações de gênero refletem na construção de papéis sociais e como apontam Levant (1996) e Santos (2013) estes estão organizados de forma hierárquica e desigual, garantido mais poder e vantagens ao homem. Levant (1996) acrescenta que as construções tradicionais de gênero repercutem na criação de papéis sociais masculinos nos quais a violência aparece como resultado do processo de socialização do homem. Gestalticamente isso implica em compreender que em um campo (sociedade patriarcal) a fronteira de contato se torna rígida pois o modo de contatar é marcado por introjetos das relações de poder desiguais entre os gêneros.

Levant (1996) destaca que quando se fala sobre masculinidade é importante ressaltar como são os homens os mais afetados por problemas como abuso de drogas, população de rua e suicídio, além de serem os principais autores de violência contra a mulher, como fica claro por meio das pesquisas sobre violência contra a mulher de Garcia (2013), Data Popular (2013), Cerqueira e Coelho (2014), Brasília (2016) e Brasil (2017). Apesar do foco da pesquisa se voltar para as interfaces entre masculinidade e violência contra a mulher, percebe-se que a masculinidade implica também em violências voltadas para o próprio homem.

Como foi apontado anteriormente as relações de gêneros estão firmadas na distribuição desigual de poder, relacionando essa concepção com o conceito de violência da OMS (2002) onde se tem além do uso intencional de força física, o uso de poder que resulte em algum tipo de dano, podemos inferir que a violência é um reflexo dessas relações, além de um mecanismo para manter as relações desiguais. Deste modo para compreender a complexidade do fenômeno da violência e sua relação com masculinidade, faz necessário realizar esse caminho teórico desde o patriarcado, as concepções de masculinidade e relações de gênero. Levando isso em consideração é possível perceber que ocorre uma confluência do indivíduo com o meio, como afirma Ribeiro (2007) essa ligação faz com que se submeta aos valores e atitudes, deste modo o homem conflui com a sociedade tomando para si esses valores e atitudes propagados.

Para entender as interfaces entre masculinidade e violência contra a mulher é necessário apontar os mecanismos de defesa que tendem a estar presentes nessa

relação. No homem ocorre a introjeção, conceito trazido por Ginger e Ginger (1995) e Cardella (2002), nesta a masculinidade que é fruto de uma sociedade patriarcal, sendo incorporada no modo de ser sem passar pelos processos que decidem aquilo que é nutritivo ao sujeito. Assim modos de pensar e ser se tornam introjetos no *self*, os quais refletem no modo de agir, ou seja, esse homem projeta em suas relações aquilo que foi incorporado.

Compreendendo que a violência ocorre numa relação homem-mulher, torna-se importante apontar como a introjeção também ocorre na mulher que está em situação de violência, a qual se dá principalmente na violência psicológica. Ocorre quando o autor de violência tenta controlar as ações e definir quais crenças e decisões essa mulher deve seguir, essa mulher fragilizada diante dessa relação acaba assimilando o que lhe é atribuído como seu sem passar por um processo de discriminação. Assim há a incorporação de crenças, não apenas vindas do autor de violência, mas também da sociedade.

Nossa sociedade permite que masculinidade e violência contra a mulher se cruzem várias vezes, as interfaces se mostram claras e relativas, mas não imutáveis. Podemos ver que a perpetuação da violência se dá por meio de uma construção histórico-social, dinâmica e que envolve homens e mulheres, onde se ensina ao homem que ele tem poder sobre a mulher e ao mesmo tempo ensina a mulher a ser submissa.

Portanto, a partir do referencial que se baseia esta pesquisa podemos compreender que apesar da sociedade patriarcal impor modelos de masculinidade com regras e valores a serem seguidos, podemos considerar que há novas formas de contatar, formas estas que possibilitam relações mais harmoniosas entre os gêneros, considerando o autor de violência como ser responsável por seus atos e sentimentos, ativo nessa relação com o outro.

O cenário da violência contra a mulher é alarmante, justamente por isso é interessante perceber como trabalhos científicos e pesquisas vem questionando os padrões de masculinidade e contribuindo num pensamento crítico, possibilitando pensar novas formas de masculinidade que não impliquem em relações desiguais, o que vimos desde os estudos feministas na década 60 até atualmente. Assim conforme a sociedade muda há uma demanda que o cenário acadêmico acompanhe essas mudanças, possibilitando novas formas de pensar e admitindo o impacto social que a ciência tem.

Por fim, encerramos a discussão apontando que ser mulher em nossa sociedade é uma tarefa difícil, não estamos seguras na rua e nem na nossa própria casa, somos alvos de desconhecidos e conhecidos. Esse é o momento para questionar e problematizar nossa sociedade patriarcal e suas regras, demandar mudanças e criar espaços para debates, visando transformações a longo prazo, assim diminuindo alto índice de violência contra a mulher. Além disso, aponta-se que ser em homem em nossa é uma tarefa árdua, há a imposição de padrões de masculinidade inalcançáveis que geram sofrimento, assim é necessário propor novas formas de masculinidade, inferindo que podem possibilitar a minimização dos problemas sociais que mais afetam os homens.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da construção teórica realizada entre os autores que compõe a análise crítica sobre os resultados dessa pesquisa, buscou-se na seção anterior retornar o que foi exposto e por meio disso evidenciar as conclusões chegadas que se direcionam aos objetivos traçados no início do trabalho. O intuito principal do trabalho foi compreender como se dá a relação entre masculinidade e violência contra a mulher a partir da perspectiva gestáltica; para isso foi necessário apresentar a masculinidade e sua construção durante a história, além do conceito de patriarcado enquanto uma ideologia que permite relações desiguais entre gêneros e a existência de masculinidades que refletem isso; se fez necessário apresentar pesquisas realizadas que apontam a realidade sobre violência contra a mulher; e uma apresentação concisa sobre a Gestalt-Terapia e seus principais conceitos; e por fim, utilizar a Gestalt-terapia como base teórica para compreender tal problemática.

De modo geral, a partir da discussão realizada, considera-se que os objetivos foram alcançados uma vez que foi possível realizar uma articulação entre masculinidade, violência contra a mulher e Gestalt-terapia. Buscou-se demonstrar a relação desses elementos por meio do desenvolvimento de uma postura crítica e de uma visão compreensiva do fenômeno estudado e desenvolvido no decorrer desta pesquisa.

A escolha da GT como referencial teórico possibilitou compreender a temática levando em consideração uma visão holística de homem. Entretanto para uma melhor compreensão fez-se necessário a exposição de diversos conceitos como o self de Ginger e Ginger (1995), o contato de Ribeiro (2007), a introjeção de Cardella (2002) e Ginger e Ginger (1995), a *awareness* de Yontef (1998), entre outros. Entrar em contato com diversos autores pode ser considerado um ganho dado a necessidade de ver esse fenômeno como complexo, possibilitando atingir a realização de um trabalho abrangente e assertivo.

Dissertar sobre essa temática, utilizando a Gestalt-terapia como embasamento teórico e preservando a atitude fenomenológica proposta pelo referencial metodológico adotado, permite-nos concluir, a partir das considerações realizadas pelos vários autores citados ao longo da pesquisa, que compreender as interfaces entre masculinidade e violência contra a mulher é levar em consideração que esse homem é um ser ativo e que está em constante relação, que é por meio dessas

relações que a masculinidade é introjetada, a qual é projetada no modo de contatar com o outro, muitas vezes perpetuando modos de violência contra a mulher. Assim por meio das articulações conceituais realizadas é possível pensar na importância de novos modos de contatar, um contatar verdadeiro com o outro, o qual possibilite que relações mais saudáveis sejam estabelecidas.

O que foi discutido ao longo do trabalho pode ser relacionado com a experiência da pesquisadora como estagiária na Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, uma vez que foi possível notar durante a realização do grupo reflexivo com autores de violência contra a mulher falas e comportamentos que remetem ao valores e regras sobre quais são os papéis do homem e da mulher em nossa sociedade. Além disso notou-se dificuldades dos membros do grupo em tomar responsabilidades por seus atos e em reconhecer o que é violência. A partir disso vemos que o grupo reflexivo pode ser um local onde a Gestalt-terapia pode ser utilizada com intuito de promover a *awareness* dos participantes, um contato maior consigo e com o meio e uma possível ressignificação de valores.

Por fim, considerando a exposição realizada ao longo dessa construção teórico-conceitual, fica evidente a relevância científica, social e cultural de realizar estudos sobre esse tema, mostrando-se necessário a continuação de debates e produções científicas. Fica como uma proposta posterior que a pesquisa aqui realizada seja levada à campo, ou seja, uma investigação prática dessa temática a partir do contato direto com os autores de violência contra a mulher e as questões que os perpassam. Levar essa temática a campo é reconhecer que a GT tem uma aplicação prática e social que possibilita, como diz Yontef (1998), que as pessoas se tornem mais *aware* do que fazem e como agem, proporcionando sua transformação e crescimento.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luciana. **Gestalt-terapia com crianças**: teoria e prática. São Paulo: Summus, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Máquina de fazer machos**: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: IDALINA, C. J. dos S. M.; NUNES, M. L. da S.; SANTIAGO, M. F. L. (Org.). **Gênero e práticas culturais**: Desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: Eduepb, 2010. p. 21-34.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Masculinidade. In: MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. **Dicionário da crítica feminista**. Porto: Afrontamento, 2005. p. 122-123.

AVON, Instituto; Data Popular. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon\\_V9\\_FINAL\\_Bx.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf)>. Acesso em: 08 jul. de 2017.

AVON, Instituto; Data Popular. **A percepção dos homens acerca da violência doméstica contra as mulheres**. 2013. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa\\_instituto22x44\\_5.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf)>. Acesso em: 08 de jul. de 2017.

BADINTER, Elizabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBOSA, Theresa Karina de Figueiredo Gaudêncio (Org.). **A mulher e a justiça**: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos. Brasília: Amgis-df, 2016. 286 p.

BORIN, Thaisa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher**: percepções sobre violência em mulheres agredidas. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

BRASÍLIA. **Balanco 1º semestre 2016**: ligue 180. Brasília, 2016. Disponível em: <[www.spm.gov.br/balanco180\\_2016-3.pdf](http://www.spm.gov.br/balanco180_2016-3.pdf)>. Acesso em: 08 jul. de 2017.

BRASIL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. DataSenado. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de>>



mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia >. Acesso em: 08 jul. de 2017.

BRASIL. **Anuário brasileiro de segurança pública 2016**. São Paulo: Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2016. Disponível em: <  
<https://documentos.mpssc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=2229>>.  
Acesso em: 08 jul. de 2017.

BRASÍLIA. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. 2012.

BRASÍLIA. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2010.

BRASÍLIA. Lei nº 11.014 de 09 de março de 2015.

BRASÍLIA. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código penal Brasileiro**. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2017.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde** (versão preliminar). Brasília: IPEA, 2014. (Nota Técnica, 11).

CARDELLA, Beatriz H. P. A construção do psicoterapeuta: Uma abordagem gestáltica. São Paulo: Summus Editorial, 2002.

COLLING, Leandro. **Mais definições em trânsito: Teoria Queer**. 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.241-282, abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CONNELL, Robert. W.. **Gender and power: Society, the Person, and the Sexual Politics**. Cambridge: Polity Press, Cambridge, 2014. 352 p. Disponível em: <<https://goo.gl/tCfSG6>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

D'ACRI, Glaydes; LIMA, Patrícia; ORGLER, Sheila. **Dicionário de Gestalt-terapia:**

“gestaltês”. São Paulo: Summus, 2007.

DATA POPULAR; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres.** 2013. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro\\_pesquisa\\_violencia.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf)>. Acesso em: 08 jul. de 2017.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. **Psicologia Fenomenológica: Fundamentos, métodos e pesquisas.** São Paulo: Cengage Learning, 2002.

GARCIA, Leila Posenato. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.** IPEA. 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_femicidio\\_leilagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf)>. Acesso em: 08 jul. de 2017.

GARCIA, P. C; MIRANDA, O. C.. **A Teoria Queer como representação da cultura de uma minoria.** Comunicação oral. III EBECULT: Encontro Baiano de Pesquisas em Cultura, 18 a 20 de abril de 2012.

GINGER, Serge; GINGER Anne. **Gestalt: uma terapia do contato.** São Paulo: Summus, 1995.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e Desafios.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HARTMANN, Heidi I.. **The unhappy marriage of marxism and feminism: Towards a more Progressive Union.** 1979. Disponível em: <[https://web.ics.purdue.edu/~hoganr/SOC%20602/Hartmann\\_1979.pdf](https://web.ics.purdue.edu/~hoganr/SOC%20602/Hartmann_1979.pdf)>. Acesso em: 25 de Jun de 2017.

HOLANDA, Adriano. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. In: \_\_\_\_ **Análise Psicológica.** v.24, n.3, jul. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S087082312006000300010](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087082312006000300010)>. Acesso em: 11 jun. 2017.

JANUARIO, Soraya Barreto. De homem para homem: cultura, imagem e representações masculinas na Publicidade. **Revista de Estudios Para El Desarrollo Social de La Comunicación,** [s.l.], p.397-428, 2014. University of Seville. n. 9. p.397.

JULIANO, Jean Clark. Gestalt-terapia: revisitando as nossas histórias. **Igt na Rede,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-16. 2004. Disponível em: <<https://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=33&layout=html>>. Acesso em: 30 abr.

2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONE, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007a.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONE, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007b.

LEMOS, Fernanda. A representação social da masculinidade na religiosidade contemporânea. **Diversidade Religiosa**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p.1-17, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/dr/issue/view/904>>. Acesso em: 06 maio 2017.

LEVANT, Ronald F.. The new psychology of men. **Professional Psychology: Research and Practice**, v. 27, n. 3, p.259-265, 1996.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 18, n. 3, p.691-700, mar. 2013. FapUNIFESP (SciELO).

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

OLIVEIRA, Andressa Porto de. **A eficácia da lei maria da penha no combate à violência doméstica contra a mulher**. 2015. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização das Nações Unidas. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Minimum Graphics, 2002. P. 351.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 37, p.219-246, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO).

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 347.

PEREIRA, Rita de Cássia Bhering Ramos et al. O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher: percepções das vítimas. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n. 1, p.207-236, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/view/89>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PERLS, Frederick S. **Gestalt Terapia explicada**. São Paulo: Summus, 1969.

PERLS, Frederick S. Gestalt-Terapia e potencialidades humanas. In: STEVENS, John O (Org.). **Isto É Gestalt**. 7. ed. São Paulo: Summus, 1975. p. 19-28.

PERLS, Frederick; HEFFERLINE, Ralph; GOODMAN, Paul. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

POLSTER, Erving; POLSTER, Miriam. **Gestalt terapia integrada**. São Paulo: Summus, 2001. p. 328.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **O ciclo do contato**: temas básicos na abordagem gestáltica. São Paulo: Summus, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p.

SANTOS, Willian Tito Maia. Modelos de masculinidade na percepção de jovens homens de baixa renda. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 27, p.130-157, 2007.

SANTOS, Helena Miranda dos. A importância de discutir gênero na Psicologia. In: ANDRADE, Darlene Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda dos (Org.). **Gênero na Psicologia**: articulações e discussões. Salvador: Conselho Regional de Psicologia, 2013. p. 19-33.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Viver sem violência é direito de toda mulher**: Entenda a Lei Maria da Penha. 2015. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/lei-maria-da-penha/spm\\_livretomariadapenha2015-1.pdf](http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/lei-maria-da-penha/spm_livretomariadapenha2015-1.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989. p. 1-35. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher?. São Paulo: Cortez, 1992. 180 p.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção social da diferença entre os sexos. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 20, n. 3, p.8-15, set. 2000.

STELLMANN, Renata. **A masculinidade na clínica**. 2007. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 24, p.127-152, jun. 2005. FapUNIFESP (SciELO).

WASELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência 2015**. 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

YONTEF, G. M. **Processo, diálogo e awareness**: ensaios em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1998.